



RELATÓRIO DA CDH

2º PERÍODO DE 2017

BIÊNIO 2017-2018

PRESIDÊNCIA: SENADORA REGINA SOUSA
VICE-PRESIDÊNCIA: SENADOR PAULO PAIM

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
GRANDES TEMAS DA CDH	7
DIREITOS TRABALHISTAS E ESTATUTO DO TRABALHO	8
GALERIA	9
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NA CDH	10
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NA CDHET	10
MATÉRIAS APRECIADAS	13
REQUERIMENTOS APROVADOS	13
REFORMA PREVIDENCIÁRIA	15
GALERIA	15
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	16
MATÉRIAS APRECIADAS	17
REQUERIMENTOS APROVADOS	17
SEGMENTOS VULNERÁVEIS E MINORIAS	18
GALERIA	19
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	21
DILIGÊNCIAS REALIZADAS	23
MATÉRIAS APRECIADAS	24
REQUERIMENTOS APROVADOS	24
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	27
GALERIA	27
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	28
MATÉRIAS APRECIADAS	29
REQUERIMENTOS APROVADOS	29
EDUCAÇÃO	30
GALERIA	31
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	32
MATÉRIAS APRECIADAS	34
REQUERIMENTOS APROVADOS	34
SAÚDE	35
GALERIA	36
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	37
MATÉRIAS APRECIADAS	38
REQUERIMENTOS APROVADOS	38
ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	40
GALERIA	40
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	42
MATÉRIAS APRECIADAS	43
REQUERIMENTOS APROVADOS	44
SISTEMA DE JUSTIÇA E ENCARCERAMENTO	45
GALERIA	46
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	47
REQUERIMENTOS APROVADOS	48
OUTROS TEMAS DE INTERESSE SOCIAL	50
GALERIA	51
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	52
MATÉRIAS APRECIADAS	53
REQUERIMENTOS APROVADOS	53
REUNIÕES DA CDH EM ORDEM CRONOLÓGICA	55
COMPOSIÇÃO DA CDH – DEZEMBRO/2017	59

APRESENTAÇÃO

Neste Biênio 2017-2018, a **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa** do Senado Federal está sob a Presidência desta Senadora e Vice-Presidência do Senador Paulo Paim, sendo nosso objetivo *dar voz a quem não tem, dar visibilidade aos invisíveis*. Para isso, a Comissão trabalhou temas de grande repercussão nacional, incorporando as discussões mais palpitantes da sociedade brasileira e ampliando seu escopo de proteção às minorias.

Ao longo do Biênio, a atuação da Comissão será apresentada em quatro relatórios de periodicidade semestral. Este se refere ao segundo semestre de 2017.

Um ponto forte desse período foi a criação da **Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (CDHET)**, sob a Presidência do Senador Telmário Mota e Vice-Presidência do Senador Paulo Paim, que também foi indicado seu Relator. O objetivo é aprofundar as discussões sobre a reforma trabalhista e construir um projeto de **Estatuto do Trabalho**, que respeite os preceitos constitucionais e valorize de forma equilibrada os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Para tanto, as reuniões desta Subcomissão foram estruturadas em temas específicos e a compilação das palestras proferidas pelos debatedores convidados será objeto de publicação oficial no primeiro semestre de 2018.

Entre agosto e dezembro de 2017, a CDH e suas Subcomissões realizaram **70 reuniões**, entre Audiências Públicas e Reuniões Deliberativas, alcançando resultados bastante positivos e de significativa relevância social.

Foram **57 Audiências Públicas** com a finalidade de instruir proposições legislativas ou debater temas instigantes e bastante variados. Todas estas Audiências foram **interativas**, garantindo a participação popular ao vivo, com perguntas, questionamentos e comentários, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. Os internautas tiveram oportunidade de interagir com os debatedores convidados, incluindo autoridades do Executivo e do Judiciário, acadêmicos, religiosos, artistas, sindicalistas e representantes de movimentos sociais diversos.

As Audiências compuseram **grandes temas de atuação da CDH**:

- **Direitos Trabalhistas e Estatuto do Trabalho**, abordando a supressão de direitos decorrentes da reforma trabalhista e os fundamentos para a construção de um Estatuto do Trabalho que atenda aos interesses de trabalhadores em equilíbrio com os interesses empresariais.
- **Reforma Previdenciária**, e seus impactos sobre a vida dos brasileiros, em especial as perdas históricas de direitos dos aposentados, as aposentadorias especiais, as contribuições, a gestão e a previdência social que queremos.
- **Segmentos Vulneráveis e Minorias**, enfocando o desmonte das políticas públicas relacionadas aos direitos humanos, trabalho escravo, trabalho infantil, povos indígenas, quilombolas e religiões de matriz africana.
- **Direitos das Pessoas com Deficiência**, com vistas à acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência.
- **Educação**, com foco em universidades e institutos federais de educação, Lei de Aprendizagem, formação de professores e qualificação de profissionais para o trato com a primeira infância; bem como no lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE.
- **Saúde**, discutindo a situação da pesquisa e legislação relacionadas às células tronco, a necessidade de conscientização sobre a neuromielite óptica, as possíveis alterações na legislação de planos de saúde e na regulamentação da profissão de técnico em radiologia, a realização de procedimentos pelo SUS e a descriminalização do cultivo da *cannabis* para uso próprio.
- **Economia e Meio Ambiente**, trazendo ao debate a securitização de créditos recebíveis, a situação dos trabalhadores ligados à JBS; a regularização fundiária no Distrito Federal e seu entorno; agricultura familiar e reforma agrária, corte orçamentário e desmonte do INCRA.
- **Sistema de Justiça e Encarceramento**, enfocando as circunstâncias que levaram à morte do reitor da UFSC, a garantia institucional do acesso à justiça, a imparcialidade do juiz, o sistema de justiça em âmbito mundial, a polícia penal e as consequências da redução da maioria penal.
- **Outros temas de interesse social**, como a criminalização do Funk, a retirada de direitos dos servidores públicos e utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar altas autoridades da República.

Diversas recomendações e questionamentos dessas Audiências Públicas foram encaminhados às Autoridades pertinentes, mediante **30 ofícios** da Presidência da CDH. As respostas recebidas foram repassadas aos debatedores que compuseram as mesas das respectivas reuniões e permanecem nos arquivos da Comissão, à disposição de seus Membros.

No mesmo período, a Comissão realizou **14 Reuniões Deliberativas**, examinando **124 proposições legislativas**, sendo:

- **10 Projetos de Lei**, dos quais oito oriundos do Senado;
- **15 Sugestões Legislativas (SUG)**, originárias de cidadãos;
- **99 Requerimentos** de Senadores membros da Comissão (RDH).

Além disso, a CDH aprovou 4 **emendas de apropriação à LOA**, objetivando favorecer o enfrentamento à violência contra as mulheres, a defesa dos direitos humanos, o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial, e a defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência.

Mantendo a tendência ascendente de participação por meio do **Portal e-Cidadania do Senado**, no segundo semestre de 2017, **18.077 cidadãos** apresentaram **12.693 ideias legislativas**, que receberam **mais de 2 milhões** apoios. Destas, 42 ideias receberam mais de 20 mil apoios e se tornaram sugestões legislativas (SUG). Seis dessas sugestões foram convertidas em projeto de lei e uma em proposta de emenda à Constituição (PEC).

Também a participação de estudantes no **Programa Senado Jovem Brasileiro**, cujas ideias são debatidas e aprovadas no colegiado juvenil, resulta em sugestões legislativas que igualmente iniciam sua tramitação pela CDH. Nesse período, foi convertida em projeto de lei a SUG 02/2016, que “Dispõe sobre o reconhecimento de experiências extraescolares no processo seletivo para ingresso no ensino superior”.

Como **políticas públicas** a serem acompanhadas no ano de 2017, a CDH elegeu as de **encarceramento** (RDH nº 27/2017) e de **erradicação do trabalho escravo** (RDH nº 26/2017), e os relatórios pertinentes devem ser apresentados em 2018, pelos Senadores Ângela Portela e Paulo Rocha, respectivamente.

A Comissão recebeu, no período, diversas **denúncias** referentes a violações de Direitos Humanos, que, após análise de pertinência, geraram providências, visando seu esclarecimento e solução.

E, ainda, realizou **2 Diligências**, uma pela Senadora Gleisi Hoffmann, objetivando investigar sobre pessoas em situação de rua em **São Paulo** (RDH 86/2017), e outra pela Senadora Regina Sousa, para averiguar as circunstâncias do estupro coletivo seguido de assassinato de uma adolescente em **Uruçuí, Piauí** (RDH 57/2017).

Nas páginas seguintes, apresentam-se os resultados sistematizados conforme os grandes temas deste período, com as audiências públicas realizadas, as matérias apreciadas e os requerimentos aprovados por tema. Ao final, a listagem de todas as reuniões realizadas em ordem cronológica e a composição da Comissão ao final do segundo semestre de 2017, onde se verifica a grande quantidade de ausências nas indicações de alguns blocos partidários.

CDH, 5 de fevereiro de 2018.

Senadora Regina Sousa
Presidente

GRANDES TEMAS DA CDH

2017/2

DIREITOS TRABALHISTAS E ESTATUTO DO TRABALHO

Após a aprovação da *Reforma Trabalhista*, em 12/07/17, a CDH aprovou requerimento para criação de uma Subcomissão temporária destinada a aprofundar as discussões sobre a supressão de direitos dos trabalhadores e debater a construção de um ***Estatuto do Trabalho*** com ampla participação da sociedade.

Na CDH, o tema foi objeto de **uma audiência pública, além de outras onze** realizadas no âmbito da Subcomissão, todas de iniciativa do Senador Paulo Paim. As palestras proferidas na Subcomissão serão compiladas para publicação oficial em 2018.

Os debates contaram com a participação de **96 convidados**, incluindo autoridades do Ministério do Trabalho, Ministros do TST, advogados, juízes, auditores fiscais e procuradores do trabalho, estudantes, pesquisadores e professores, representantes de entidades sindicais brasileiras e internacionais, DIEESE, CESIT/Unicamp e Conselhos como CONANDA e CONAFRET, entre outras entidades

Também foi constituído um Grupo de Trabalho de alto nível, responsável pela organização da temática e sugestão de palestrantes das audiências, bem como pela sistematização das suas propostas.

A Comissão aprovou **dezesesseis Requerimentos** relacionados ao tema, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Paulo Rocha.

E, ainda, apreciou **um Projeto de Lei**, sobre o direito de ação do empregado, e **uma Sugestão Legislativa**, acerca de condições de trabalho para psicólogos, que foi convertida no PLS 511/2017.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS CDH

RE Nº 61 – 28/08/2017

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS CDHET

RE Nº 02 – 18/08/2017

RE Nº 03 – 29/08/2017

RE Nº 04 – 11/09/2017

RE Nº 05 – 25/09/2017

RE Nº 06 – 29/09/2017

RE Nº 07 – 16/10/2017

RE Nº 08 – 27/10/2017

RE Nº 09 – 06/11/2017

RE Nº 10 – 20/11/2017

RE Nº 11 – 27/11/2017

RE Nº 12 – 11/12/2017

MATÉRIAS APRECIADAS

SUG 06/2017 PLS 340/2012

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 83/2017 RDH 133/2017

RDH 85/2017 RDH 136/2017

RDH 87/2017 RDH 137/2017

RDH 90/2017 RDH 145/2017

RDH 91/2017 RDH 155/2017

RDH 106/2017 RDH 158/2017

RDH 107/2017 RDH 165/2017

RDH 110/2017 RDH 166/2017

ENCAMINHAMENTOS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Compilar as palestras proferidas e dados apresentados nas audiências públicas da Subcomissão CDHET e torná-las acessíveis mediante publicação da CDH, ao final de cada semestre legislativo de seu funcionamento.
- Dar divulgação e tratamento adequado, no âmbito da CDH, às informações do Ministério do Trabalho trazidas pelo senador Telmário Mota a respeito do trabalho infantil e do trabalho escravo.
- Enviar à Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN) uma nota de solidariedade a Carlos Silva – Presidente do SINAIT – repudiando a ameaça constante na carta nº 113/2017 – GP/FIERN.

- Em 09/08/17, foi instalada a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho - CDHET, sob a Presidência do Senador Telmário Mota e Vice-Presidência do Senador Paulo Paim.
- A CDHET convidou juristas e outros especialistas na matéria para compor o Grupo de Trabalho que analisará as sugestões recebidas para o Estatuto do Trabalho, as proposições legislativas em tramitação e a jurisprudência trabalhista, especialmente do TST e do STF.

Leia mais em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/08/17/subcomissao-encarregada-de-elaborar-estatuto-do-trabalho-organiza-agenda-de-atividades>

GALERIA



RE 02 CDHET, 18/08/2017
Foto: Marcos Oliveira,
Agência Senado



RE 04 CDHET, 11/09/2017
Foto: Geraldo Magela,
Agência Senado



RE 09 CDHET, 06/11/2017
Foto: Geraldo Magela,
Agência Senado



RE 10 CDHET, 20/11/2017
Foto: Geraldo Magela,
Agência Senado

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NA CDH

RE Nº 61/17 "As reformas previdenciária e trabalhista", com foco na reforma trabalhista e seu impacto na vida do trabalhador".	Carlos Alberto Altino , Representante da Força Sindical Clóvis Scherer , Coordenador Adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE Francisco Urbano Araújo Filho , Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG Guilherme Kopfer , Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC
28/08/17	João Carlos Teixeira , Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional de Promoção da Liberdade Sindical - CONALIS - Ministério Público do Trabalho
RDH 03/17	Luiz Carlos Prates , Representante da CSP-Conlutas Noemia Aparecida Garcia Porto , Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA Waldemiro Livingston de Souza , Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal - APRESEFE
Senador Paulo Paim	

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS NA CDHET

RE Nº 02/17 "Estatuto do Trabalho".	Alexandre Caso , Representante da Intersindical Central da Classe Trabalhadora Itamar Revoredo Kunert , Secretário de Organização e Mobilização da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB
18/08/17	Márcio Amazonas , Procurador do Trabalho - Chefe da Assessoria Jurídica da Procuradoria Geral do Trabalho
RDH 85/17	Carlos Fernando da Silva Filho , Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT Hugo C. Melo Filho , Presidente da Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho - ALJT Ana Cláudia Bandeira , Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT Flauzino Antunes Neto , Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB Enilson da Silva , Representante da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF Carlos Alberto Altino , Presidente da Força Sindical-DF Ludmila Costhek Abilio , Professora, Doutora, representante do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT Leandro Lemos , Advogado, Secretário do Grupo de Trabalho do Estatuto do Trabalho e Assessor do Gabinete do Senador Paulo Paim
RE Nº 03/17 "Experiências Internacionais de Codificação do Trabalho".	Carlos Fernando da Silva Filho , Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT Cássio Luis Casagrande , Procurador do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro Luciana Paula Conforti , Juíza do Trabalho da 6ª Região - Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA
29/08/17	Marco Antônio Martins Rocha , Economista e Professor do Instituto de Economia da UNICAMP
RDH 91/17	Marilane Oliveira Teixeira , Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT/UNICAMP Sérgio Voltolini , Presidente da Confederação Iberoamericana de Inspetores do Trabalho
Senador Paulo Paim	
RE Nº 04/17 "Princípios da OIT e da Constituição para o trabalho".	Delaíde Arantes , Ministra do Tribunal Superior do Trabalho - TST Gabriela Neves Delgado , Professora na UnB Helder Amorim , Procurador do Trabalho Luís Carlos Moro , Advogado Trabalhista
11/09/17	Maximiliano Nagl Garcez , Diretor para Assuntos Legislativos da Associação Latino Americana de Advogados Laboralistas – ALAL
RDH 90/17	
Senador Paulo Paim	

<p>RE Nº 05/17 "Princípios Basilares para um Estatuto do Trabalho e Princípios da CLT".</p> <p>25/09/17</p> <p>RDH 106/17</p> <p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Anjuli Tostes, Representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora Augusto César Leite de Carvalho, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho – TST Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho da 10ª Região Francimary Oliveira Michiles, Diretora do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho do Central Única dos Trabalhadores - CUT Paulo da Cunha Boal, Diretor Legislativo da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA</p>
<p>RE Nº 06/17 "Normas Gerais de Tutela do Trabalho", em especial a iniciativa do Ministro do Trabalho de elaboração de uma nova CLT.</p> <p>29/09/17</p> <p>RDH 107/17</p> <p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Alessandra Camarano Martins, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT Alessandro Santos de Miranda, Procurador do Trabalho da 10ª região e secretário de relações institucionais do MPT Alex Myller Duarte Lima, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT Guilherme da Hora Pereira, Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB Leandro Allan, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB</p>
<p>RE Nº 07/17 "Formas inaceitáveis de trabalho (trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho indigno, trabalho intermitente e outras)"</p> <p>16/10/17</p> <p>RDH 137/17</p> <p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Deuzinéia Nogueira da Silva, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA Katleem Marla Pires de Lima, Auditora Fiscal do Trabalho - Coordenadoria do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás e Membro do GT sobre Reforma Trabalhista do SINAIT Lélio Bentes Corrêa, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho - TST Marinalva Cardoso Dantas, Chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho Infantil do Ministério do Trabalho Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA Renato Bignami, Auditor Fiscal do Trabalho; Membro do GT sobre Reforma Trabalhista do SINAIT; Mestre em Direito do Trabalho na USP e Doutor em Direito do Trabalho e da Seguridade Social pela Universidade de Madrid Ronaldo José de Lira, Procurador do Trabalho e Vice Coordenador Nacional da Coordenadoria de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho - COORDINFANCIA</p>
<p>RE Nº 08/17 "Tutela Necessária do Meio Ambiente do Trabalho (saúde e segurança)"</p> <p>27/10/17</p> <p>RDH 136/17</p> <p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Francisco Luis Lima, Auditor Fiscal do Trabalho Mário Caron, Desembargador da 10ª região - Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA Raymundo Lima Ribeiro Júnior, Procurador do Trabalho da 20ª Região e Coordenador do GT da CODEMAT sobre Políticas Públicas em saúde e Segurança do Trabalho</p>
<p>RE Nº 09/17 "O Estatuto do Trabalho: Uma lei para todos"</p> <p>06/11/17</p> <p>RDH 110/17</p>	<p>Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços - CONTRACS Alex Miller, Auditor Fiscal do Trabalho – Representante do Sindicato Nacional dos Alexandre Caso, Representante da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora Ana Cláudia Bandeira, Vice-Presidente da ANPT</p>

<p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins - CNTA Auditores do Trabalho - SINAIT Cristiano Paixão, Procurador Regional do Trabalho Educação - CNTE Ernesto Luiz Pereira Filho, Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB Eurídice Ferreira de Almeida, Representante da FASUBRA Sindical Francisco Urbano, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF e Diretor da CONTRATUH Gibran Jordão, Representante da CSP-Conlutas Kátia Arruda, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho - TST Lucimary Santos Pinto, Diretora de Assuntos Internacionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS Luiz Azevedo, Assessor da Direção Nacional da CUT Magda Barros Biavaschi, Representante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP Miguel Salaberry Filho, Secretário Adjunto de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores – UGT Noêmia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da ANAMATRA Rosilene Corrêa Lima, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Silvana Abramo, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região Valdete Souto Severo, Juíza do Trabalho do TRT da 4ª Região Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal - APRESEFE</p>
<p>RE Nº 10/17 “Tutela Necessária dos Segmentos Constitucionalmente Protegidos: Pessoas com Deficiência, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Idosos, Negros e Índios”.</p> <p>20/11/17 RDH 145/17 Senador Paulo Paim</p>	<p>Braulina Aurora Baniwa, Estudante da Universidade de Brasília - UnB Deise Benedito, Professora Ivania Ferronato, Pedagoga, especialista na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Juvenal Araújo, Secretário Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR Katleem Marla Pires de Lima, Auditora Fiscal do Trabalho e Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho do Estado de Goiás Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (Autor da tese de que todas as políticas de ações afirmativas têm matriz no direito do trabalho). Waldemiro Livingston de Sousa, Presidente da Associação dos Prestadores de Serviços do Senado Federal - APRESEFE</p>
<p>RE Nº 11/17 “Formas de Trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, autônomo e voluntário”.</p> <p>27/11/17 RDH 155/17 e 165/17 Senador Paulo Paim</p>	<p>Alex Canuto, Representante da Central Pública do Servidor Graça Costa, Secretária de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT Luciana Conforti, Juíza do Trabalho - Diretora de Direitos Humanos da ANAMATRA Ludmilla Abílio, Pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho - CESIT UNICAMP Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal Mônica Duailibe, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho - SINAIT Paulo Joarês Vieira, Procurador do Trabalho Saulo Arcangeli, Membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas</p>

<p>RE Nº 12/17 "Normas Gerais de Tutela do Trabalho", com foco nas alterações da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, promovidas pela Medida Provisória nº 808, de 2017.</p>	<p>Alessandra Camarano, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas – ABRAT Alex Myller, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT Alexandre Caso, Representante da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora Luiz Azevedo, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT Paulo Joarês Vieira, Procurador Regional do Trabalho e Coordenador Nacional de Combate às Fraudes das Relações de Trabalho - CONAFRET Valeir Ertle, Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores - CUT</p>
11/12/17	
RDH 107/17	
Senador Paulo Paim	

MATÉRIAS APRECIADAS

SUG Nº 06/2017	<p>Psicólogos com piso salarial de R\$4.800,00, por 30 horas semanais.</p>
RE nº 91ª, 22/11/17	
Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania	
Relatoria: Sen. Regina Sousa	Decisão: Convertida no PLS 511/2017.
PLS Nº 340/2012	<p>Acrescenta art. 9º-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do direito de ação do empregado, durante a relação de emprego, e dá outras providências.</p>
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Sen. Antonio Carlos Valadares	
Rel. Ad hoc: Sen. Paulo Paim	Decisão: Aprovado, na forma do Substitutivo da CDH.

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 83/17	<p>Requer, nos termos do art. 73, combinado com o inciso I do art. 76, do RISF, a criação de Subcomissão Temporária para aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.</p>
RE nº 50ª, 02/08/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 85/17	<p>Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho para debater “O Estatuto do Trabalho”.</p>
RE nº 53ª, 09/08/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 87/17	<p>Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao requerimento RDH nº 83, de 2017, que a Subcomissão seja denominada “Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho”.</p>
RE nº 53ª, 09/08/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 90/17	<p>Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho para debater “Princípios da OIT e da Constituição para o trabalho”.</p>
RE nº 60ª, 23/08/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 91/17	<p>Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho para debater “Experiências internacionais de codificação do trabalho”.</p>
RE nº 60ª, 23/08/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 106/17	<p>Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho para debater “Princípios Basilares para um Estatuto do Trabalho e Princípios da CLT”.</p>
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 107/17	<p>Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater “Normas Gerais de Tutela do Trabalho”.</p>
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 110/17	<p>Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater “O Estatuto do Trabalho: Uma lei para todos”.</p>
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Paulo Paim	

RDH Nº 133/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “As propostas de alterações da Lei 7.394, de 1985, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências”.
RE nº 69ª, 27/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 136/17	Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater “Tutela Necessária do Meio Ambiente do Trabalho (saúde e segurança)”.
RE nº 74ª, 04/10/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 137/17	Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do RISF, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater “Formas inaceitáveis de trabalho (trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho indigno, trabalho intermitente e outras)”.
RE nº 74ª, 04/10/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 145/17	Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater “Tutela Necessária dos Segmentos Constitucionalmente Protegidos: Pessoas com Deficiência, Crianças e Adolescentes, Mulheres, Idosos, Negros e Índios”.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 155/17	Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, para debater “Formas de trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, trabalho voluntário”
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 158/17	Requer, nos termos do caput dos Art. 50 e 58, inciso 3º § 2º da Constituição Federal e do Art. 397 § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Ministro de Estado do Trabalho, RONALDO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, para prestar, pessoalmente, informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que “Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016”, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Paulo Rocha	
RDH Nº 165/17	Requer, com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao RDH 155 de 2017, para que o tema da audiência pública, no âmbito da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, seja “Formas de trabalho: tipos de prestação de serviços, terceirização, teletrabalho, aplicativos, trabalho avulso, autônomo e voluntário”
RE nº 91ª, 22/11/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 166/17	Requer, com fulcro no Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 158, de 2017, para que o termo convocação seja alterado para convite.
RE nº 91ª, 22/11/17	
Autoria: Paulo Paim	



REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Reforma Previdenciária é o nome dado à **PEC nº 287/2016**, que altera critérios para aposentadoria e forma de cálculo dos benefícios. A Proposta ainda se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados, com anúncio de entrada em pauta no início de 2018 e, se aprovada, posterior encaminhamento ao Senado para deliberação.

Na CDH, o tema foi objeto de **quatro audiências públicas**, que abordaram os efeitos da reforma pretendida e as perdas históricas de direitos dos aposentados, e os aspectos que devem ser incluídos na previdência social. Todas as Reuniões foram de iniciativa do Senador Paulo Paim.

Os debates contaram com a participação de **59 convidados**, entre autoridades do Executivo Federal, professores, juízes e procuradores, representantes de entidades sindicais, do Instituto Brasileiro de Atuária, da OAB-DF e de outras entidades.

A Comissão aprovou **seis Requerimentos** relacionados à previdência, todos de autoria do Senador Paulo Paim. Também apreciou **uma Sugestão Legislativa**, para inclusão dos condutores de ambulância em regime especial de aposentadoria, que foi convertida no PLS 349/2017.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 49 – 01/08/2017

RE Nº 51 – 07/08/2017

RE Nº 58 – 17/08/2017

RE Nº 93 – 23/11/2017

MATÉRIAS APRECIADAS

SUG 19/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 108/2017

RDH 112/2017

RDH 129/2017

RDH 148/2017

RDH 171/2017

RDH 178/2017

GALERIA



RE 49 e 51, 1º e 7/08/2017. Fotos: Pedro França, Agência Senado



- Aprovação unânime do Relatório da **CPI da Previdência**, em 25/10/2017, Relator Senador Hélio José e Presidente Senador Paulo Paim.
- A CPI constatou existência de corrupção e fraude, e que a Previdência não é deficitária.
- **Leia mais em:**
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/10/25/cpi-da-previdencia-aprova-relatorio-final-por-unanimidade>

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 49/17 "As reformas previdenciárias e trabalhistas", com foco nas aposentadorias especiais".</p>	<p>André Luiz Gutierrez, Presidente Interino da Conf. Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis Anjuli Tostes Faria, Representante da Intersindical Beatriz da Silva Cerqueira, Coordenadora Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE/MG Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT Eduardo Anunciato, Representante da Força Sindical</p>
<p>01/08/17</p>	<p>Flávio Werneck Meneguelli, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB</p>
<p>RDH 03/17</p>	<p>José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de MG</p>
<p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Leonardo da Silva Motta, Coordenador-Geral de Normatização e Acompanhamento Legal - representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda Luís Antônio A. Boudens, Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF Marcelo Borsio, Representante da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal e Associação dos Delegados da Polícia Federal - FENADEPOL/ADPF Marcelo de Azevedo, FENAPRF – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais Paulo César Andrade Almeida, Coordenador-Geral de Política de Seguro Contra Acidentes do Trabalho - representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda Rodrigo Pereira de Paula, Coordenador da Secretaria de Assuntos Institucionais da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE Rosana Colen Moreno, Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST Selene Michelin, Secretária Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE – da pasta de aposentados e assuntos previdenciários Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB Ubiratan Gonçalves Correia, Secretário Geral da Federação Nacional de Radiologia Valcir dos Santos Bezerra, Presidente Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 1ª Região Valeir Ertle, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT</p>
<p>RE Nº 51/17 "As reformas previdenciária e trabalhista", com foco nas contribuições e na gestão".</p>	<p>Carlos Silva, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT Emanuel de Araújo Dantas, Subsecretário do Regime Geral de Previdência Social, Substituto, do Ministério da Fazenda Luiz Alberto dos Santos, Consultor Legislativo do Senado Federal Marília Vieira Machado da Cunha Castro, Representante do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA Noemia Aparecida Garcia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA</p>
<p>07/08/17</p>	<p>Paulo Martins, Secretário-Geral do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE</p>
<p>RDH 03/17</p>	<p>Paulo Penteado Teixeira Junior, Promotor de Justiça, 1º Secretário da Associação Paulita do Ministério Público - APMP</p>
<p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Paulo Penteado Teixeira Junior, Promotor de Justiça, 1º Secretário da Associação Paulita do Ministério Público - APMP</p>
<p>RE Nº 58/17 "As Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco nas perdas históricas dos direitos dos aposentados.</p>	<p>Ana Maria Baima Cartaxo, Professora da Universidade Federal de Santa Catarina e Representante do ANDES Cátia Cilene Farago, Coordenadora-Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE Diego Cherulli, Representante do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário e Vice-Presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB-DF Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas - Instituto MOSAP</p>
<p>17/08/17</p>	<p>Florian Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP</p>
<p>RDH 03/17</p>	<p>Leandro Madureira Silva, Assessor Jurídico do ANDES-SN Luiz Legnani, Secretário-Geral da Conf. Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP Noemia Aparecida Gracia Porto, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA</p>
<p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Paula Freitas de Almeida, Representante do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho - CESIT/UNICAMP Sirliane de Souza Paiva, 2ª Vice-Presidente da Regional Nordeste I do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN</p>

RE Nº 93/17 "A Previdência Social que queremos".	Adriana Faria , Representante da FENAJUFE Alex Canuto , Representante da ANESP Antonio Bráulio de Carvalho , Representante da ANAPAR
23/11/17	Carlos Alberto Feitoza , Diretor da Fenaspem
RDH 148/17	Celso Malhani de Souza , Representante da FENAFISCO Charles Alcântara , Presidente da FENAFISCO Edison Guilherme Haubert , Presidente do MOSAP Edjane Rodrigues , Secretária de Políticas Sociais da CONTAG Fernando Anuniação , Presidente da FENASPEN Floriano Martins de Sá Neto , Presidente da ANFIP Guilherme Guimarães Feliciano , Presidente da ANAMATRA Jandira Feghali , Deputada Federal José Pinto , Consultor Legislativo do Senado Federal Luiz Fernando Pereira Souza , Presidente da FENAJUD Luiz Gonçalves Bontempo , Diretor do SINDIFISCO NACIONAL Maicon Nachtigall , Representante da FENAPRF Maria Inês Rezende Maranhão , Presidente da FUNDAÇÃO ANFIP Mário Theodoro , Consultor Legislativo do Senado Federal Moacyr Roberto Tesch , Representante da CONTRATHU Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves , Vice-Presidente da AJUFE da 4ª região Nery Junior , Representante do Movimento Acorda Sociedade - MAS Ogib Carvalho Filho , Representante da Pública-Central do Servidor Rosângela Silva Rassy , Diretora do SINAIT
Senador Paulo Paim	

MATÉRIAS APRECIADAS

SUG Nº 19/2017	
RE nº 63ª, 13/09/17	Inclui os condutores de ambulância no Regime Especial de Aposentadoria.
Autoria: Ente Jurídico	
Relatoria: Sen. Paulo Paim	Decisão: Convertida no PLS 349/2017.

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 108/17	Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A Seguridade Social no Brasil".
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 112/17	Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Proposta alternativa à Contribuição Previdenciária por Aposentados".
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 129/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O Desmonte do Sistema Previdenciário no Brasil".
RE nº 69ª, 27/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 148/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "A Previdência Social que queremos".
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 171/17	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater sobre: "Transferência de Recursos Públicos da Previdência para Entidade Privada".
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 178/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "O relatório da CPI da Previdência".
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Paulo Paim	

SEGMENTOS VULNERÁVEIS E MINORIAS

Segmentos Vulneráveis e Minorias são temas recorrentes na Comissão, tendo em vista que os direitos fundamentais desses segmentos são frequentemente desrespeitados. Além disso, a política pública de *erradicação do trabalho escravo* foi uma das escolhidas para acompanhamento pela CDH, sob relatoria do Senador Paulo Rocha.

Sobre o assunto, foram realizadas **dez audiências públicas** da CDH, por iniciativa dos Senadores Fátima Bezerra, Hélio José, João Capiberibe, Marta Suplicy, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa.

Os debates contaram com a participação de **68 convidados**, incluindo lideranças indígenas, quilombolas, sindicais e de movimentos populares, autoridades do Executivo Federal, da Defensoria Pública e do Ministério Público, pesquisadores, estudiosos e representantes de organizações com atuação em direitos humanos, entre outras.

As audiências abordaram questões relacionadas a direitos dos povos indígenas e quilombolas, trabalho escravo, trabalho infantil e desmonte das políticas nacionais de direitos humanos.

No período, a Comissão realizou **duas diligências**, uma pela Senadora Gleisi Hoffmann, objetivando investigar sobre pessoas em situação de rua na **Capital de São Paulo**, e outra pela Senadora Regina Sousa, para averiguar as circunstâncias do estupro coletivo seguido de assassinato de uma adolescente grávida, em **Uruçuí, PI**.

Também aprovou **vinte e dois Requerimentos** com referência ao assunto, de autoria dos Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Hélio José, João Capiberibe, Marta Suplicy, Paulo Paim, Paulo Rocha, Regina Sousa e Telmário Mota.

E, ainda, apreciou **três Projetos de Lei**, tratando de direitos de estudantes religiosos em concurso público, da violação do direito à intimidade da mulher e do prazo de guarda provisória no processo de adoção, e **um ofício** do CNJ, sobre a questão indígena em Mato Grosso do Sul, além de **uma Sugestão Legislativa**, propondo a criminalização da homofobia, que foi convertida no PLS 515/2017.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 52 – 08/08/2017
 RE Nº 56 – 10/08/2017
 RE Nº 59 – 21/08/2017
 RE Nº 73 – 03/10/2017
 RE Nº 75 – 04/10/2017
 RE Nº 84 – 30/10/2017
 RE Nº 85 – 31/10/2017
 RE Nº 94 – 28/11/2017
 RE Nº 101 – 06/12/2017
 RE Nº 104 – 12/12/2017

DILIGÊNCIAS

- Pessoas em situação de rua em São Paulo – Sen. Gleisi Hoffmann (RDH 86/2017)
- Estupro coletivo e assassinato em Uruçuí, PI – Sen. Regina Sousa (RDH 57/2017)

MATÉRIAS APRECIADAS

PLS 564/2015 SUG 28/2017
 PLC 371/2016 OF S 37/2013
 PLC 18/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 77/2017 RDH 127/2017
 RDH 78/2017 RDH 140/2017
 RDH 81/2017 RDH 143/2017
 RDH 86/2017 RDH 146/2017
 RDH 88/2017 RDH 147/2017
 RDH 103/2017 RDH 150/2017
 RDH 105/2017 RDH 153/2017
 RDH 109/2017 RDH 156/2017
 RDH 111/2017 RDH 168/2017
 RDH 118/2017 RDH 176/2017
 RDH 123/2017 RDH 180/2017

- Em 23/11/2017, a presidente da Comissão Especial de Diversidade Sexual da OAB, Maria Berenice Dias, entregou à CDH sugestão de projeto para o Estatuto da Diversidade Sexual, com mais de 100 mil assinaturas de apoio, objetivando promover a igualdade sexual e coibir os crimes contra homossexuais.

Leia mais em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/23/cdh-recebe-proposta-do-estatuto-da-diversidade-sexual>

ENCAMINHAMENTOS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Requerer Audiência Pública da CDH para debater "A criminalização dos Movimentos Sociais", convidando Movimento Nacional de Direitos Humanos, SINASEFE, MST, Movimento de Atingidos por Barragens, MTST, Movimento Estudantil, Centro de Direitos Humanos de Passo Fundo, CIMI e RENAP; (Sugerida por Lurdinha Nunes-MNDH).
- Marcar audiência com o Ministro do Trabalho em conjunto com a Ministra dos Direitos Humanos, MPT, SINAIT e coordenadores do CONANDA e do CONATRAE, para discutir o corte orçamentário que atinge o combate ao trabalho escravo e infantil;
- Solicitar ao MTE que disponibilize em seu site valores referentes à dotação e à execução dos recursos orçamentários destinados ao combate ao trabalho escravo, garantindo acesso dessa informação aos demais integrantes do CONATRAE;
- Apresentar emenda da CDH ao próximo PLDO que impeça o contingenciamento dos recursos para o combate ao trabalho escravo.
- Construir um projeto de lei para garantir o fortalecimento e fornecer condições de trabalho adequadas aos Conselhos Tutelares e, conseqüentemente para o favorecimento de crianças, adolescentes e jovens.
- Apresentar emenda parlamentar com o objetivo de renovação da frota de veículos que atendem aos Conselhos Tutelares.
- Propor projeto de lei para a modificação e aprimoramento do ECA no que tange ao direito de reeleição ou não do conselheiro tutelar e a coincidência de data entre a eleição de conselheiros tutelares e as eleições gerais do Brasil.
- Apresentar projeto lei para garantir o reconhecimento das atividades dos conselheiros tutelares como de risco.
- Fazer gestões para que seja realizado concurso público para preenchimento do quadro dos Conselhos Tutelares.
- Oficiar o governo do Estado de Santa Catarina expondo as ameaças reiteradas que foram trazidas à RE 94/2017 e solicitando providências
- Solicitar ao governo do Estado de SC que analise a possibilidade de desistir da Ação 2323.
- Solicitar que o governo de SC se manifeste acerca da indenização das terras indígenas ocupadas por não índios.
- Levar ao conhecimento do Ministro do STF, Alexandre de Moraes, Relator da Ação 2323, as informações da RE 94/2017, para que possa levá-las em consideração quando do julgamento do processo acerca da demarcação das terras indígenas Morro dos Cavalos.
- Oficiar o Ministro da Justiça solicitando providências no sentido de garantir a segurança dos povos indígenas por parte da Polícia Federal, em especial os ocupantes do Morro dos Cavalos, bem como solicitar celeridade na homologação das terras indígenas

GALERIA



RE 56, 10/08/2017. Fotos: Marcos Oliveira, Agência Senado



RE 56, 10/08/2017.
Foto: Marcos Oliveira, Agência Senado



RE 73, 03/10/2017. Foto: Marcos Oliveira, Agência Senado



RE 85, 31/10/2017.
Foto: Geraldo Magela, Agência Senado



RE 84, 30/10/2017. Foto: Geraldo Magela, Agência Senado

RE 104, 12/12/2017. Foto: Geraldo Magela, Agência Senado



Ato de entrega do Estatuto da Diversidade Sexual, 23/11/2017. Fotos: Geraldo Magela, Agência Senado

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 52/17 "Situação dos Direitos dos Povos Indígenas do Brasil".</p>	<p>Eliseu Lopes, Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB Lia Zanotta, Presidente da Associação Brasileira de Antropologia - ABA Lucas Cabette Fábio, Defensor Público Federal e Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Indígenas da Defensoria Pública da União - DPU</p>
08/08/17	
RDH 78/17	Luciano Mariz Maia , Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal
Senadora Regina Sousa	
<p>RE Nº 56/17 "O processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do ADCT, regulamentado pelo Decreto nº 4.887, de 20/11/2003"</p>	<p>Carlos Alves Moura, Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz –representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB Carolina Nascimento, Representante do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares Fernando Mineiro, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte Gilberto Vieira, Conselheiro Nacional dos Direitos Humanos e Coordenador da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários do CNDH Givânia Maria da Silva, Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ Helene Araújo Filho, Representante do Fórum Nacional Popular de Educação Iêda Leal, Secretária de Combate ao Racismo da Conf. Nacional dos Trabalhadores em Educação José Henrique Sampaio Pereira, Coordenador de Regularização de Territórios Quilombolas, Substituto, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA José Roberto Fani Tambasco, Defensor Público Federal</p>
10/08/17	
RDH 61/17	Lidiane Apolinário , Representante da Coordenação Estadual de Quilombos do Estado do Rio Grande do Norte e da Comunidade de Acauã Paulo Roberto Martins Maldos , Conselheiro do Conselho Federal de Psicologia - CFP Walter Claudius Rothenburg , Procurador Regional da República na 3ª Região e Membro do Grupo de Trabalho Quilombos da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF
Senadora Fátima Bezerra e outros	
<p>RE Nº 59/17 "O corte orçamentário e a inviabilização do combate ao trabalho escravo, infantil e outras violações de direitos"</p>	<p>Ana Paula Villas Boas, Defensora Pública Federal André Esposito Roston, Auditor Fiscal do Trabalho, Chefe da Divisão da Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho Augusta Machado Tamasauskas, Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal - PRF Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT</p>
21/08/17	
RDH 77/17	Luiza Cristina Frischeisen , Subprocuradora-Geral da República - Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal - MPF Matheus Peres Machado Magalhães , Assessor do Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC Tiago Muniz Cavalcante , Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional da Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho – MPT
Senador Paulo Paim	
<p>RE Nº 73/17 "Instruir o PLS 231/2015, que altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim".</p>	<p>Alice Voronoff, Representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT Katleem Marla Pires de Lima, Representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - Coordenadora do Combate ao Trabalho Infantil da Superintendência Regional do Trabalho de Goiás Mariana de Sousa Machado Neris, Diretora do Departamento de Proteção Social Especial do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS Marinalva Cardoso Dantas, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA</p>
03/10/17	
RDH 81/17 e 105/17	Rafael Dias Marques , Procurador do Trabalho - Chefe de Gabinete do Procurador-Geral do Trabalho - MPT Sandra Regina Cavalcante , Pesquisadora da Universidade de São Paulo - USP
Senadora Marta Suplicy e outros	

<p>RE Nº 75/17 "O lançamento e apresentação dos resultados da Relatoria Especial de Impacto das Políticas de Austeridade e de Desmonte do Estado sobre os Direitos Humanos".</p>	<p>Alan Brum Pinheiro, Morador da Complexo do Alemão-RJ Ana Paula Melo, Representante da Liderança do Movimento Popular de Pernambuco Carmem da Silva Ferreira, Representante da Frente de Luta por Moradia de São Paulo Darci Frigo, Presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão PFDC/MPF Denise Carreira, Representante da Plataforma Dhesca Paulo Karai, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB Pedro Rossi, Economista Pergentina Vilarenha, Representante da Liderança do Movimento Popular de Pernambuco</p>
<p>04/10/17</p>	
<p>RDH 118/17</p>	
<p>Senadora Fátima Bezerra e outros</p>	
<p>RE Nº 84/17 "O Trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal".</p>	<p>Carlone Batista da Silva, Tenente Coronel - Estado Maior da Polícia Militar do Distrito Federal Edilson Serafim Bezerra, Primeiro Sargento - CCS/Polícia Militar do Distrito Federal Edmilson Serafim Bezerra, Segundo Sargento do 8º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal Eliane Cruz de Pinho Martins, Gerente da Superintendência de Programas e Projetos - SUPAR - representante do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria - SESI/CN Jânio Marques, Coordenador da Guarda Mirim Jucilene Garcez Pires, Tenente Coronel da PMDF Maria Gricelia Pinheiro de Melo, Diretora do Centro de Inovação e Gestão do SESI - representante da Federação das Indústrias do DF - FIBRA Roberto Francisco de Oliveira, Comandante da Guarda Mirim de Ceilândia – DF Selma Aparecida da Costa, Conselheira Tutelar –Associação dos Conselheiros Tutelares do DF</p>
<p>30/10/17</p>	
<p>RDH 88/17</p>	
<p>Senador Hélio José</p>	
<p>RE Nº 85/17 "As Graves Violações aos Direitos Indígenas e Quilombolas".</p>	<p>Cleber Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário - CIMI Denildo Rodrigues de Moraes, Coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ Francisco Assis, Deputado do Parlamento Europeu e Presidente da Delegação Mercosul Gustavo Menezes, Representante da Fundação Nacional do Índio - FUNAI Keyla Thyxaya, Liderança Indígena do povo Pataxó - Integrante do Moitará, grupo de pesquisa em direitos étnicos e mestrandia em direito na Universidade de Brasília Mario Nicácio, Liderança Indígena do povo Wapichana - Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB Paulão, Deputado Federal, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara</p>
<p>31/10/17</p>	
<p>RDH 140/17</p>	
<p>Senador João Capiberibe e outros</p>	
<p>RE Nº 94/17 "Denunciar as agressões sofridas pela indígena Ivete de Souza, 59 anos, da etnia Mbya Guarani pertencente a comunidade Terra Indígena Morro dos Cavalos: Tekoa Itaty, Tekoa Yakã Porã, cidade de Palhoça em Santa Catarina que foi violentamente agredida com golpes de facão, dentro de sua própria casa".</p>	<p>Elizete Antunes, Cacica Yakã Porã do Território Indígena Morro dos Cavalos Eunice Antunes, Liderança do Território Indígena Morro dos Cavalos Rogério Navarro, Subprocurador-Geral da República Vanderlei Gonçalves, Liderança do Território Indígena Morro dos Cavalos</p>
<p>28/11/17</p>	
<p>RDH 168/17</p>	
<p>Senadora Regina Sousa</p>	

<p>RE Nº 101/17 “Prestar informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017”</p>	<p>Ronaldo Nogueira de Oliveira, Ministro de Estado - Ministério do Trabalho</p>
<p>06/12/17</p>	
<p>RDH 158/17 e 166/17</p>	
<p>Senadores Paulo Rocha e Paulo Paim</p>	
<p>RE Nº 104/17 "Ações dos movimentos negros organizados, das religiões de matriz africanas e das comunidades quilombolas em relação às políticas públicas e ações afirmativas direcionadas para esses setores da sociedade brasileira”.</p>	<p>Amauri de Sousa, Vereador de Belém-PA Francisco Djalma de Oliveira, Diretor da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade – APABB e membro do CONADE João Florêncio Pimenta, Presidente da Federação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Distrito Federal e Entorno – FAP/DF Kyara Zaruth, Casa Rosa (lugar de acolhimento para LGBTs vítimas de violência física, psicológica ou ambas) e 1ª mulher trans não operada a ser reconhecida formalmente como mulher Luana Maira Silva Vieira, Assessora Técnica do Gabinete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR Margaret Matos de Carvalho, Procuradora Regional do Trabalho Patrícia Zapponi, Consultora Legislativa em Direitos Humanos e Africanidade da Secretaria da Frente Parlamentar em Diversidade da Câmara Legislativa do Distrito Federal e Representante da Comissão de Liberdade Sexual e Religiosa da OAB/DF Raquel Nascimento Dias, Coordenadora Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais - MEC Ronaldo Lira, Procurador do Trabalho – MPT e Vice-Coordenador Nacional da COORDINFÂNCIA</p>
<p>12/12/17</p>	
<p>RDH 127/17</p>	
<p>Senador Paulo Paim</p>	

DILIGÊNCIAS REALIZADAS

<p>Uruçuí, PI</p>	<p>Diligência no município de Uruçuí, Estado do Piauí, para conhecer as iniciativas e acompanhar as investigações sobre a ocorrência de um estupro coletivo seguido de assassinato, do qual foi vítima uma menina grávida de 15 anos, na noite de 2 de maio de 2017, no município de Uruçuí-PI.</p>
<p>Data</p>	
<p>RDH Nº 57/17</p>	
<p>Sen. Regina Sousa</p>	<p>Diligência, na forma de audiência pública, a ser realizada na cidade de São Paulo, para debater sobre pessoas em situação de rua.</p>
<p>São Paulo, SP</p>	
<p>15/09/2017</p>	
<p>RDH Nº 86/17</p>	
<p>Sen. Gleisi Hoffmann</p>	

MATÉRIAS APRECIADAS

OFÍCIO “S” Nº 37/2013	Encaminha ao Senado Federal relatório sobre os trabalhos realizados pela Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul.
RE nº 91ª, 22/11/17	
Autoria: CNJ	
Relatoria: Sen. Regina Sousa	Decisão: Arquivado, tendo em vista a existência da PEC nº 71 de 2011.
PLS Nº 564/2015	Dispõe sobre a realização de provas de concursos públicos e de acesso ao ensino superior aos candidatos impossibilitados de comparecer ao certame, por motivos de liberdade de consciência e de crença religiosa.
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Sen. Magno Malta	
Rel. Ad hoc: Sen. Paulo Paim	Decisão: Aprovado, na forma do Substitutivo da CDH.
PLC Nº 371/2016	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para definir prazo da guarda provisória no procedimento de adoção.
RE nº 50ª, 02/08/17	
Autoria: Dep. João Arruda	
Rel.: Sen. Gleisi Hoffmann	Decisão: Aprovado, na forma do Substitutivo da CDH.
PLC Nº 18/2017	Inclui a comunicação no rol de direitos assegurados à mulher pela Lei Maria da Penha, bem como reconhece que a violação da sua intimidade consiste em uma das formas de violência doméstica e familiar; tipifica a exposição pública da intimidade sexual; e altera a Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).
RE nº 53ª, 09/08/17	
Autoria: Dep. Marçal Filho	
Relatoria: Sen. Romário	Decisão: Aprovado.
SUG Nº 28/2017	Criminalizar a homofobia para punição de pessoas que atacam outras pessoas por serem LGBT.
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania	
Relatoria: Sen. Regina Sousa	Decisão: Convertida no PLS 515/2017.

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 77/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater “O corte orçamentário e a inviabilização do combate ao trabalho escravo, infantil e outras violações de direitos”.
RE nº 50ª, 02/08/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 78/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a Situação dos Direitos dos Povos Indígenas do Brasil.
RE nº 50ª, 02/08/17	
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 81/17	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 231/2015, que altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim.
RE nº 53ª, 09/08/17	
Autoria: Marta Suplicy e outros	
RDH Nº 86/17	Requer, nos termos regimentais, diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal a ser realizada na cidade de São Paulo para debater sobre pessoas em situação de rua.
RE nº 53ª, 09/08/17	
Autoria: Gleisi Hoffmann	
RDH Nº 88/17	Requer, nos termos do arts. 89, VII, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal.
RE nº 60ª, 23/08/17	
Autoria: Hélio José	
RDH Nº 103/17	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater sobre o Ofício “S” nº 16 de 2015, que encaminha cópia do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara dos Deputados, destinada a apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil.
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Telmário Mota	
RDH Nº 105/17	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RDH 81/2017, com o objetivo de instruir o PLS 231/2015, seja incluída a convidada KATLEEM MARLA PIRES DE LIMA, representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.
RE nº 67ª, 20/09/17	
Autoria: Marta Suplicy e outros	

RDH Nº 109/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de esclarecer denúncia de assassinatos de 20 indígenas por garimpeiros, ocorrido no mês de agosto, que viviam isolados no Vale do Javari, no município de São Paulo de Olivença, estado do Amazonas, na fronteira com Peru e Colômbia. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Franklimberg Ribeiro de Freitas - Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); 2. Representante do Ministério Público Federal do Estado do Amazonas.
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 111/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para instruir o PLC 119/2015 - “Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio”.
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 118/17	Requer, na forma do disposto no art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e no art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para lançamento e apresentação dos resultados da Relatoria Especial de Impacto das Políticas de Austeridade e de Desmonte do Estado sobre os Direitos Humanos.
RE nº 67ª, 20/09/17	
Autoria: Fátima Bezerra e outros	
RDH Nº 123/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A violência contra a juventude, com foco na juventude negra”
RE nº 69ª, 27/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 127/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “ações dos movimentos negros organizados, das religiões de matriz africanas e das comunidades quilombolas em relação às políticas públicas e ações afirmativas direcionadas para esses setores da sociedade brasileira”.
RE nº 69ª, 27/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 140/17	Requer, nos termos do Art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater As Graves Violações aos Direitos Indígenas e Quilombolas.
RE nº 74ª, 04/10/17	
Autoria: João Capiberibe e outros	
RDH Nº 143/17	Requer, nos termos dos artigos 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, para prestar esclarecimento, nesta Comissão, sobre a Portaria do Ministério do Trabalho Nº 1129, de 13/10/2017, que “Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro-desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016.”
RE nº 79ª, 18/10/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 146/17	Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instruir a “Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Escravo”, com a presença dos seguintes convidados: - Sr. Ronaldo Nogueira - Ministro do Trabalho; Sra. Raquel Dodge – Procuradora Geral da República; Ministro do TST; Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Organização Internacional do Trabalho – OIT.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Paulo Rocha	
RDH Nº 147/17	Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para instruir a “Avaliação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Escravo”, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério Público do Trabalho; Representante da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA); Representante do Sindicato Nacional dos Auditores do Trabalho – SINAIT; Representante do Movimento Humanos Direitos.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Paulo Rocha	
RDH Nº 150/17	Requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 58 §2º, incisos III e V, da Constituição Federal, seja realizada Audiência Pública para discutir a adoção compulsória.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Regina Sousa e outros	
RDH Nº 153/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A atuação do Movimento Resistência Popular pelo Direito à Cidade (MRP)”.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Paulo Paim	

RDH Nº 156/17	Requer, nos termos dos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instrução do PLS nº 394, de 2017, que “Estabelece o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente, dispondo sobre direito à convivência familiar e comunitária, preferência da reinserção familiar, acolhimento familiar ou institucional, apadrinhamento afetivo, autoridade parental, guarda e adoção, e Justiça da Criança e do Adolescente.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 168/17	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para denunciar as agressões sofridas pela indígena Ivete de Souza, 59 anos, da etnia Mbya Guarani pertencente a comunidade Terra Indígena Morro dos Cavalos: Tekoa Itaty, Tekoa Yakã Porã, cidade de Palhoça em Santa Catarina que foi violentamente agredida com golpes de facão, dentro de sua própria casa. Essa comunidade tem sofrido constantemente com ataques por defender a demarcação de suas terras.
RE nº 91ª, 22/11/17	
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 176/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “O protagonismo negro nas quatro esferas de Poder”.
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 180/17	Requer, nos termos do Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, a avaliação da política pública de combate ao trabalho escravo no ano de 2018.
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Paulo Rocha e outros	

DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A temática dos ***Direitos da Pessoa com Deficiência*** está sempre presente na Comissão, pois muito ainda há por fazer para que o paradigma da inclusão social se estabeleça em nosso País.

O tema foi objeto de **três audiências públicas da CDH**, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota, que abordaram questões relacionadas ao Estatuto da Pessoa com Deficiência e Planos Diretores Municipais, acessibilidade, inclusão, e educação especial para o trabalho.

Os debates contaram com a participação de **26 convidados**, incluindo militantes, autoridades do Executivo Federal, do Legislativo e do Judiciário, educadores, sindicalistas e representantes de entidades com atuação na defesa da pessoa com deficiência, entre outras organizações.

Relativos ao tema, a Comissão aprovou **seis Requerimentos**, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Telmário Mota.

Também apreciou **cinco projetos de Lei**, para instituição do Prêmio Cidade Acessível; avaliação multidisciplinar e plano de atendimento individualizado; educação especial para o trabalho; ampliação da proteção de pessoas com deficiência submetidas à curatela; e dedução do IRPF de doações aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 68 – 21/09/2017
 RE Nº 98 – 05/12/2017
 RE Nº 99 – 05/12/2017

MATÉRIAS APRECIADAS

PLS 89/2017 PLS 262/2017
 PLS 204/2017 PLS 338/2017
 PLS 211/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 79/2017 RDH 135/2017
 RDH 98/2017 RDH 164/2017
 RDH 117/2017 RDH 177/2017

ENCAMINHAMENTOS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Solicitar à UNB o estudo em elaboração que visa revisar a Portaria Interministerial nº 01/14 AGU/MPS/MF/SEDH/MP.
- Apresentar projeto de lei que facilite acesso à aposentadoria especial para as pessoas com deficiência.

➤ A Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla ocorrerá entre 21 e 28 de agosto de cada ano, para promover ações de inclusão social e de combate ao preconceito e à discriminação (Lei 13.585/2017) .

Leia mais em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/28/lei-institui-semana-nacional-da-pessoa-com-deficiencia-intelectual-e-multipla>

GALERIA



RE 99, 05/12/2017. Foto: Pedro França, Agência Senado



RE 98, 05/12/2017.
 Foto: Jefferson Rudy, Agência Senado

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 68/17 "O Estatuto da Pessoa com deficiência e os Planos Diretores Municipais"</p>	<p>Adinilson Marins dos Santos, Representante da Federação Nacional das APAEs Anderson José Santanna de Oliveira, Coordenador Geral de Programas e Projetos e Assessor Internacional do Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Bolívar Carneiro Fontoura Junior, Servidor do Banco Central - RS Daro Marcos Piffer, Presidente Interino do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central</p>
<p>21/09/17</p>	<p>Francis Lobo Botelho Vilas Monzo, Assistente Social do Senado Federal</p>
<p>RDH 98/17</p>	<p>Francisco Djalma de Oliveira, Diretor da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade - APABB</p>
<p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Gustavo Diefenthaler, Servidor do Banco Central e Presidente Regional do SINAL/RS – Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central Letícia Tôrres Costa, Chefe de Serviço de Livraria - Membro do Grupo de trabalho de Acessibilidade do Senado Federal Marciano Roberto Pereira de Sousa, Conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE Moises Bauer Luiz, Militante Raquelson dos Santos Lins, Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR</p>
<p>RE Nº 98/17 "Acessibilidade e Inclusão: a Valorização da Pessoa com Deficiência"</p>	<p>Diogo do Ybiti Silveira, Analista Judiciário da Assessoria de Gestão Socioambiental do TSE Francis Lobo Botelho Vilas Monzo, Assistente Social do Senado Federal Lúcio Henrique Xavier Lopes, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados Márcio Tancredi, Diretor Executivo de Gestão do Senado Federal</p>
<p>05/12/17</p>	<p>Rodrigo Abreu de Freitas Machado, Coordenador-Geral de Acessibilidade do Ministério dos</p>
<p>RDH 135/17</p>	<p>Direitos Humanos</p>
<p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Rodrigo Lima, Chefe de Gabinete da Presidência da Escola Nacional de Administração Pública Valéria Cristina Gomes Ribeiro, Coordenadora da Comissão de Acessibilidade do TCU Vera Lucia Duque de Matos Cura, Representante do Grupo "Juntas somos mais fortes"</p>
<p>RE Nº 99/17 "Discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211 de 2017, de autoria do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino".</p>	<p>Bruno Coimbra, Assessor Jurídico da Associação Brasileira de Mantenedora de Ensino Superior – ABMES Franclim Costa do Nascimento, Assessor da Diretoria de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC Iêdes Soares Braga, Coordenadora-Geral da Política de Acessibilidade na Escola - SECADI/MEC Loni Elisete Manica, Doutora na área da educação profissional (EP) para pessoas com deficiência Rita de Fátima da Silva, Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul</p>
<p>05/12/17</p>	
<p>RDH 117/17</p>	
<p>Senador Telmário Mota</p>	

MATÉRIAS APRECIADAS

PLS Nº 89/2017	Cria o Prêmio Cidade Acessível, destinado aos municípios mais bem colocados na classificação de avaliação do cumprimento das disposições da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
RE nº 79ª, 18/10/17	
Autoria: Sen. Ciro Nogueira	
Relatoria: Sen. Paulo Paim	Decisão: Aprovado, com cinco emendas.
PLS Nº 204/2017	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho e 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a avaliação multidisciplinar e a elaboração de plano de atendimento individualizado para promover a inclusão de pessoas com deficiência.
RE nº 67ª, 20/09/17	
Autoria: Sen. Romário	
Relatoria: Sen. Paulo Paim	Decisão: Aprovado.
PLS Nº 211/2017	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Sen. Romário	
Relatoria: Sen. Telmário Mota	Decisão: Aprovado.
PLS Nº 262/2017	Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para atribuir maior proteção às pessoas com deficiência submetidas à curatela.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Sen. Romário	
Relatoria: Sen. José Medeiros	Decisão: Aprovado, com duas emendas.
PLS Nº 338/2017	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para tornar dedutíveis do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Sen. Romário	
Relatoria: Sen. Paulo Paim	Decisão: Aprovado.

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 79/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater “ A acessibilidade aos meios de transportes”.
RE nº 50ª, 02/08/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 98/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública, nesta Comissão, para debater “O Estatuto da Pessoa com Deficiência e os Planos Diretores Municipais”.
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 117/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II, e 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da CDH, para discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2017, do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Telmário Mota	
RDH Nº 135/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Acessibilidade e Inclusão: a Valorização da Pessoa com Deficiência”.
RE nº 74ª, 04/10/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 164/17	Requer, com fulcro no Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do RDH 135 de 2017, para que o tema a ser debatido na Audiência Pública seja “A Valorização da Pessoa com Deficiência, os Desafios e Avanços da Acessibilidade na Gestão Pública”.
RE nº 91ª, 22/11/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 177/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão, para debater “o PLC nº 23 de 2016, considera pessoa com deficiência aquela com perda auditiva unilateral”.
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Paulo Paim	

EDUCAÇÃO

A temática da **Educação**, sempre presente na pauta da Comissão, volta-se aqui prioritariamente para o aprimoramento da inserção das minorias no sistema educacional brasileiro e a busca permanente de democratização do seu acesso.

Por iniciativas dos Senadores Fátima Bezerra, Marta Suplicy, Paulo Paim e Regina Sousa, foram realizadas **sete audiências públicas** sobre o tema, sendo duas conjuntas com outras Comissões. As audiências abordaram a situação de universidades e Institutos Federais do Brasil, a Lei da Aprendizagem, qualificação de profissionais para atuar com a primeira infância, Paulo Freire como patrono da educação, formação de professores e o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação.

Os debates contaram com a participação de **57 convidados**, incluindo professores e autoridades acadêmicas, representantes do Executivo Federal, do Judiciário, do Ministério Público, de entes sindicais e de organizações com atuação na esfera educacional.

Com referência ao tema, a CDH aprovou **seis Requerimentos**, de autoria dos Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa.

Também apreciou **um Projeto de Lei**, que tratava de oferta de educação especial para o trabalho, e **três Sugestões Legislativas**, propondo reconhecimento de experiências extraescolares no processo seletivo para ingresso no ensino superior, incentivo ao esporte nas escolas públicas e revogação da Lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira. A primeira delas foi convertida no PLS 307/2017.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 57 – 15/08/2017
 RE Nº 72 – 02/10/2017
 RE Nº 82 – 25/10/2017
 RE Nº 92 – 23/11/2017
 RE Nº 95 – 28/11/2017
 RE Nº 100 – 06/12/2017
 RE Nº 103 – 07/12/2017

MATÉRIAS APRECIADAS

PLS 211/2017 SUG 02/2017
 SUG 02/2016 SUG 47/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 80/2017 RDH 132/2017
 RDH 119/2017 RDH 160/2017
 RDH 131/2017 RDH 163/2017

➤ A Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) está marcada para abril/2018, organizada por movimentos ligados à defesa e à promoção do direito ao ensino público.

Leia mais em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/06/comissoes-lancam-conferencia-nacional-popular-de-educacao-em-2018>

ENCAMINHAMENTOS

- Fazer gestões para a criação de uma Frente Parlamentar Mista em defesa das Universidades em implantação;
- Aprovar na CDH Moção em Defesa da UNILA, UNILAB, Universidades em Implantação e Institutos Federais, pela preservação de sua identidade;
- Enviar ao SINASEFE Nacional nota de solidariedade apresentada e aprovada simbolicamente nesta RE 57/2017;
- Convidar o Ministro da Educação e a Secretaria Executiva Nacional de Ensino Superior para participar de nova audiência pública com o objetivo de ampliar o debate;
- Realizar audiência pública com a participação do CONIF e reitores dos Institutos Federais sobre “os processos administrativos nos Institutos Federais e o fim da estabilidade do servidor”, em razão do clima de perseguição que estão vivendo seus dirigentes.
- Enviar ao Ministro da Educação e à Senhora Maria Helena Guimarães de Castro, Secretária Executiva do Ministério da Educação, o link do vídeo e as notas taquigráficas desta RE 103/2017, solicitando a permanência do PIBID, bem como a Moção da Câmara Municipal de Taubaté/SP, aqui entregue;
- Convocar o Ministro da Educação para prestar esclarecimentos com relação ao PIBID
- Realizar Audiência Pública sobre “permanência da vigência de leis que regulamentam o Programa Menor Aprendiz”

GALERIA



RE 57, 15/08/2017. Foto: Pedro França, Agência Senado



RE 95, 28/10/2017. Foto: Jefferson Rudy, Agência Senado



RE 82, 25/10/2017. Fotos: Marcos Oliveira, Agência Senado



RE 103, 07/12/2017. Fotos: Roque de Sá, Agência Senado



RE 100, 06/12/2017. Foto: Edilson Rodrigues, Agência Senado

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 57/17 “A situação financeira da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Universidade Federal da Integração Luso-Afro Brasileira - UNILAB e dos Institutos Federais do Brasil”</p>	<p>Adriéia Moassab, Secretária-Geral da SESUNILA Adrielle Saldanha Clive, Estudante da UNILA Eblin Joseph Farage, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN Edson Borges, Pró-Reitor de Relações Institucionais da UNILAB Emmanuel Zagury Tourinho, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES Fabiano Brito dos Santos, Coordenador-Geral do SINASEFE Seção Sindical – IFBA Geraldo Andrade de Oliveira, Diretor de Articulação e Expansão de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - ME Gustavo Oliveira Vieira, Reitor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA</p>
<p>15/08/17</p>	<p>José Carlos de Assis, Representante da FASUBRA</p>
<p>RDH 80/17</p>	<p>José Junior, Representante da Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico – FENET</p>
<p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Magda Medeiros Furtado, Coordenadora-Geral do Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II Mauro Rabelo, Diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação - ME Plínio Nogueira Maciel Filho, Pró-Reitor de Planejamento da UNILAB Sebastião Hugo, Coordenador do SINASEFE Nacional Vera Regina Rodrigues da Silva, Professora do Curso de Antropologia da Universidade Federal da Integração Luso-Afro Brasileira - UNILAB</p>
<p>RE Nº 72/17 "Conquistas da Lei da Aprendizagem: Estratégias, Oportunidades e Potencialidades ao Protagonismo do Infantojuvenil".</p>	<p>Beatriz Vitória da Silva, Jovem Aprendiz do Senado Federal Comércio Exterior e Serviços - MDIC Douglas Soares Teles de Oliveira, Gerente de Relacionamento Institucional do Instituto Brasileiro Pró Educação - ISBET Fabiano Coelho de Souza, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho – TST Geraldo Oliveira, Diretor da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC Higino Brito Vieira, Diretor de Políticas de Empregabilidade - Ministério do Trabalho - MTE</p>
<p>02/10/17</p>	<p>José Ricardo, Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria,</p>
<p>RDH 119/17</p>	<p>Larissa Manoela, Embaixadora do Programa Jovem Aprendiz</p>
<p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Mafra Merys, Conciliadora da Justiça Federal e Presidente dos Clubes Unesco - ISEEI/BFUCA Margaret Matos de Carvalho, Procuradora do Trabalho da 9ª Região - Ministério Público do Trabalho Patrícia Amaral, Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado do Trabalho - FONSET Thiago Menezes Siqueira, Coordenador-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional da Juventude</p>
<p>RE Nº 82/17 cj. CE/CAS “Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados”.</p>	<p>Alexandra Déprez, Doutora em Psicologia Clínica, com Especialização em Psicopatologia Perinatal; Mestre em Psicologia da Criança e do Adolescente; Formadora certificada ADBB (Alarme Détresse Bébé) Jairo Werner Júnior, Professor Titular de Psiquiatria da Infância e Adolescência da Universidade Federal Fluminense e Psiquiatra do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Doutor em Saúde Mental pela Unicamp Maria da Penha Oliveira, Psicóloga; Psicoterapeuta de Criança, Adolescente e Adulto, com especialização em Clínica Interdisciplinar de Transtornos Psicopatológicos da Criança e do Adolescente; Consultora em Processos de Acolhimento Institucional e Adoção; Supervisora Técnica do Projeto Novos Vínculos/Aconchego</p>
<p>26/10/17</p>	<p>Marie Garrigue-Abgrall, Doutora em Filosofia; Professora Titular na Universidade de Paris;</p>
<p>RDH 132/17, RCE 49/17, RAS 132/17</p>	<p>Educadora em Pediatria na Primeira Infância e Psiquiatria Infantil, atualmente no Hay les Roses</p>
<p>Senadoras Marta Suplicy, Regina Sousa e Lúcia Vânia</p>	<p>Département Général du Val-de-Marne</p>

<p>RE Nº 92/17 "EBSERH - Uma ofensa à autonomia universitária e à formação acadêmica dos profissionais das áreas da saúde"</p>	<p>Emmanuel Zagury Tourinho, Reitor e Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES Ismar Barbosa Cruz, Secretário de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União - TCU Jorge Sale Darze, Presidente da Federação Nacional dos Médicos - FENAM Kleber de Melo Morais, Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH Lucieni Pereira da Silva, Presidente da Associação da Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União - AUD-TCU e Diretora de Controle Externo da Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC</p>
<p>23/11/17</p>	
<p>RDH 66/17</p>	
<p>Senador Paulo Paim e outros</p>	<p>Maria de Fátima Silansky Andreazzi, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e representante da Frente Nacional contra a Privatização Mauro Luiz Rabelo, Diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior - SESU/MEC Orlando Afonso Valle do Amaral, Reitor da Universidade Federal do Estado de Goiás - UFG Wladimir Tadeu Baptista Soares, Advogado - Médico e Professor do Departamento de Medicina Clínica da Universidade Federal Fluminense - UFF</p>
<p>RE Nº 95/17 "Instruir a Sugestão Legislativa nº 47/2017, que solicita a revogação da Lei que institui Paulo Freire como patrono da educação brasileira, a Lei 12.612"</p>	<p>Ana Maria Araújo Freire, Representante do Coletivo Paulo Freire Daniel Cara, Representante do Coletivo Paulo Freire Luiza Erundina, Deputada Federal Marlúcia Menezes de Paiva, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte</p>
<p>28/11/17</p>	
<p>RDH 160/17</p>	
<p>Senadora Fátima Bezerra e outros</p>	
<p>RE Nº 100/17 conj. CE "Realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018"</p>	<p>Adércia Hostin, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE Guilherme Barbosa, Diretor de Políticas Educacionais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES Helene Manoel Gomes Araújo Filho, Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Educação – FNPE Mario Magno, Diretor de Universidades Públicas da União Nacional dos Estudantes – UNE Miriam Fábria Alves, Professora - Segunda Secretária da Diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd</p>
<p>06/12/17</p>	
<p>RDH 74/2017, RCE 33/2017, RCE 36/2017</p>	
<p>Senadora Regina Sousa e Fátima Bezerra</p>	
<p>RE Nº 103/17 "Políticas Públicas para formação de professores"</p>	<p>Alessandra Assis, Professora André Lemes da Silva, Professor e Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/RS Bruna Brelaz, Representante da União Nacional dos Estudantes - UNE Eduardo Barra, Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Paraná - UFPR Elenita Conegero Pastor Manchope, Pró-Reitora de Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e representante da Câmara de Ensino da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - ABRUEM Nilson de Souza Cardoso, Presidente do Fórum Nacional do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-FORPIBID Raquel Nery Lima Bezerra, Professora da Universidade da Bahia e Representante da PROIFES Wesley Nogueira Gomes, Representante de Bolsista de Iniciação à Docência - ID</p>
<p>07/12/17</p>	
<p>RDH 163/17</p>	
<p>Senador Paulo Paim</p>	

MATÉRIAS APRECIADAS

PLS Nº 211/2017	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino.
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Sen. Romário	
Relatoria: Sen. Telmário Mota	Decisão: Aprovado.
SUG Nº 02/2016	Dispõe sobre o reconhecimento de experiências extraescolares no processo seletivo para ingresso no ensino superior.
RE nº 60ª, 23/08/17	
Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro	
Rel. Ad hoc: Sen. Ângela Portela	Decisão: Convertida no PLS 307/2017.
SUG Nº 02/2017	Dispõe sobre o incentivo ao esporte nas escolas públicas.
RE nº 60ª, 23/08/17	
Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania	
Rel. Ad hoc: Sen. Ângela Portela	Decisão: Arquivada.
SUG Nº 47/2017	Revogação da Lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira (Lei 12612).
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania	
Relatoria: Sen. Fátima Bezerra	Decisão: Arquivada.

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 80/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão para debater “A situação financeira da Universidade Federal da Integração Latino-Americano (UNILA), Universidade Federal da Integração Luso-AfroBrasileira (UNILAB) e dos Institutos Federais do Brasil”.
RE nº 50ª, 02/08/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 119/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, alusiva ao Dia Internacional de Ação por Direitos Sociais e Trabalhistas, durante a Semana Nacional de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil, com o tema: “Conquistas da LEI DA APRENDIZAGEM: Estratégias, Oportunidades e Potencialidades ao Protagonismo do Infanto-juvenil”.
RE nº 67ª, 20/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 131/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “O orçamento dos Institutos e Universidades Federais”.
RE nº 69ª, 27/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 132/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema "Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados", a ser realizada no dia 25/10/2017 (quarta-feira), no âmbito da Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado Federal.
RE nº 69ª, 27/09/17	
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 160/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, a fim de debater a Sugestão Legislativa de nº 47/2017, que solicita a revogação da Lei que institui Paulo Freire como patrono da educação brasileira, a Lei 12612.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Fátima Bezerra e outros	
RDH Nº 163/17	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater políticas públicas para a formação de professores.
RE nº 91ª, 22/11/17	
Autoria: Paulo Paim	

SAÚDE

O tema da **Saúde** é abordado na Comissão, sob o enfoque desse direito como um dos Direitos Humanos Fundamentais.

Sobre o assunto, foram realizadas **seis audiências públicas na CDH**, de iniciativa dos Senadores Hélio José, José Medeiros, Paulo Paim, Romário e Sérgio Petecão.

Os debates contaram com a participação de **39 convidados**, incluindo autoridades do Executivo federal e do município de Porto Alegre, profissionais de saúde, pesquisadores, professores, representantes da Defensoria pública, da ANS, dos Conselhos Federais de Medicina, de Medicina Veterinária e de Odontologia, do Instituto Oncoguia, da FIOCRUZ, militantes de movimentos populares e de organizações com atuação na área da saúde.

As audiências abordaram a realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), células tronco, possíveis alterações na legislação dos Planos de Saúde e na regulamentação da Profissão de Técnico em Radiologia, descriminalização do cultivo da *cannabis* para uso próprio e o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica.

Com referência ao tema, a Comissão aprovou **sete Requerimentos**, de autoria dos Senadores José Medeiros, Paulo Paim, Romário e Sérgio Petecão.

Também apreciou **uma Sugestão Legislativa**, propondo a descriminalização do cultivo da *cannabis* para uso próprio, que foi convertida no PLS 514/2017.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 66 – 19/09/2017
 RE Nº 70 – 28/09/2017
 RE Nº 71 – 02/10/2017
 RE Nº 77 – 17/10/2017
 RE Nº 83 – 26/10/2017
 RE Nº 102 – 06/12/2017

MATÉRIAS APRECIADAS

SUG 25/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 84/2017	RDH 126/2017
RDH 97/2017	RDH 159/2017
RDH 104/2017	RDH 175/2017
RDH 115/2017	

- A CDH debateu a necessidade de reconhecimento pelo governo e tratamento adequado pelo SUS da *Neuromielite óptica*, doença inflamatória do sistema nervoso e da medula espinhal, que pode causar perda de visão e a paralisia de braços e pernas.

Leia mais em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/06/audiencia-debate-situacao-de-doentes-com-neuromielite-optica>

ENCAMINHAMENTOS

- Enviar notas taquigráficas e link da íntegra da RE 71/2017 aos membros da Comissão Especial na Câmara dos Deputados que debatem o PL nº 7419/2006, em especial ao relator, a fim de que considerem as manifestações dos seus participantes.
- Analisar as propostas da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – Unidas e dos demais convidados para aprimoramento da Lei n. 9.656, de 1998, a qual dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, com o intuito de propor projeto de lei;
- Apoiar a criação de um grupo de trabalho, que vise a melhoria da gestão dos planos de saúde, incluindo a análise de dados e elaboração de sugestões de aprimoramento ao PL 7419/06.
- Dialogar com a relatora do PL 3661/2012, Deputada Federal Carmem Zanotto, para levar ao seu conhecimento os debates da RE 71/2017;
- Propor à relatora do PL 3661/2012, Deputada Federal Carmem Zanotto, a realização de reunião com representantes das categorias de radiologia, odontologia e medicina veterinária, em busca da construção do consenso possível sobre a matéria.

GALERIA



RE 66, 19/09/2017. Foto: Roque de Sá, Agência Senado



RF 70, 28/09/2017. Foto: Pedro Franca, Agência Senado



RE 71, 02/10/2017. Foto: Geraldo Magela, Agência Senado



RE 83, 26/10/2017. Fotos: Geraldo Magela, Agência Senado



RE 102, 06/12/2017. Fotos: Geraldo Magela, Agência Senado

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 66/17 “Debater a Sugestão nº 11, de 2016, que recomenda apresentação de projeto de lei para alterar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, com o objetivo de assegurar celeridade na realização de procedimentos indicados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”.</p>	<p>Jorge Luiz Osório, Coordenador da Regulação da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre - RS Pedro Paulo Gandra Torres, Defensor Público Federal - Membro do Grupo de Trabalho Saúde da Defensoria Pública da União - DPU Tiago Farina Matos, Advogado Sanitarista - Diretor Jurídico e Advogado do Instituto Oncoguia</p>
<p>19/09/17</p>	
<p>RDH 73/17</p>	
<p>Senador José Medeiros</p>	
<p>RE Nº 70/17 "A situação da pesquisa e da legislação relacionadas às células tronco".</p>	<p>Alfredo Mendrone, Vice-Diretor Financeiro da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular - ABHH Augusto Barbosa Júnior, Consultor Técnico do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde -SCTIE/MS José Francisco Comenalli Marques Júnior, Vice-Diretor de Defesa de Classe da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular - ABHH Luís Henrique Mascarenhas Moreira, Representante do Conselho Federal de Medicina - CFM Ricardo Ribeiro, Chefe de pesquisas sobre células tronco na Fiocruz</p>
<p>28/09/17</p>	
<p>RDH 24/17, RDH 34/17</p>	
<p>Senador Hélio José e outros</p>	
<p>RE Nº 71/17 “Atuação dos Planos de Saúde e possíveis alterações na legislação”.</p>	<p>Aderval Paulo, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS Diego Cherulli, Representante da Federação dos Aposentados do DF José Luiz Toro da Silva, Consultor Jurídico Nacional da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS Leandro Farias, Representante do Movimento Chega de Descaso Salomão Rodrigues Filho, Representante do Conselho Federal de Medicina Sandro Leal Alves, Superintendente de Regulação da Federação Nacional de Saúde Suplementar - FenaSaúde Suriêtte Apolinário dos Santos, Secretário-Geral da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS</p>
<p>02/10/17</p>	
<p>RDH 104/17</p>	
<p>Senador Paulo Paim</p>	
<p>RE Nº 77/17 "As propostas de alterações da Lei 7.394, de 1985, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências"</p>	<p>Benedito Dias de Oliveira Filho, Presidente da Comissão Nacional de Residência em Medicina Veterinária do Conselho Federal de Medicina Veterinária Filomena Barros, Presidente da Associação Nacional dos Auxiliares e Técnicos em Odontologia - ANATO Juliano do Vale, Presidente do Conselho Federal de Odontologia - CFO Liliane Martinelli, Conselheira do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina – CRO/SC Manoel Benedito Viana Santos, Diretor Presidente do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia – CONTER Mychelle Schmitt Gurgacz, Presidente da Associação Brasileira de Radiologia Odontológica ABRO Samir Najjar, Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal – CRO/DF Ubiratan Gonçalves Ferreira, Secretário Geral da Federação Nacional dos Técnicos em Radiologia - FENATTRA</p>
<p>17/10/17</p>	
<p>RDH 133/17</p>	
<p>Senador Paulo Paim</p>	

<p>RE Nº 83/17 "Descriminalização do cultivo da <i>cannabis</i> para uso próprio" (SUG 25/2017)</p> <p>26/10/17</p> <p>RDH 97/17</p> <p>Senador Sérgio Petecão</p>	<p>Andrea Gallassi, Professora da Universidade de Brasília - UnB Andreia Salles de Souza, Jornalista, membro do Movimento Brasil Sem Drogas Cidinha Carvalho, Presidente da CULTIVE - Associação de Cannabis Medicinal Cristiano Maronna, Presidente do IBCCRIM e Secretário Executivo da Plataforma Brasileira de Política de Drogas Emílio Figueiredo, Consultor Jurídico do GROWROOM Max Maciel, Pedagogo - Coordenador da Rede Urbana de Ações Socioculturais - RUAS Paulo Fernando Mello da Costa, Vice-Presidente da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família Régis Eric Maia Barros, Médico Psiquiatra Ricardo Valente de Souza, Psicólogo Clínico - Coordenador da Delegacia FEBRACT-SUL – Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Federação dos Delegados de Polícia Civil e Diretor da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL Vera Lucia Duque de Matos Cura, Assessora Parlamentar da Vereadora Luciana Novaes da Câmara Municipal do Rio de Janeiro; mãe de um autista severo e representante do Grupo Juntas Somos mais Fortes</p>
<p>RE Nº 102/17 "A instituição do dia 27 de março como o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica"</p> <p>06/12/17</p> <p>RDH 159/17</p> <p>Senador Romário</p>	<p>Daniele Americano, Paciente - Neuromielite Óptica - NMO Brasil Denis Bernardi Bichuetti, Médico Neurologista, especialista no tema Roberta Berrondo, Paciente Rossana Guimarães Coutinho Moraes, Paciente - representante da Universidade Estadual de Maringá do Estado do Paraná Soniza Alves-Leon, Professora de Neurologia da UFRJ e Doutora em Neurologia – cientista FAPERJ e pesquisadora do CNPQ</p>

MATÉRIAS APRECIADAS

<p>SUG Nº 25/2017</p> <p>RE nº 105ª, 14/12/17</p> <p>Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania</p> <p>Relatoria: Sen. Marta Suplicy</p>	<p>Descriminalização do cultivo da <i>cannabis</i> para uso próprio.</p> <p>Decisão: Aprovado o voto em separado. Convertida no PLS 514/2017.</p>
---	---

REQUERIMENTOS APROVADOS

<p>RDH Nº 84/17</p> <p>RE nº 53ª, 09/08/17</p> <p>Autoria: Paulo Paim</p>	<p>Requer, nos termos do art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, em Porto Alegre/RS, com a finalidade de debater o tema “Doenças Falciformes e a Saúde no Brasil”.</p>
<p>RDH Nº 97/17</p> <p>RE nº 63ª, 13/09/17</p> <p>Autoria: Sérgio Petecão</p>	<p>Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas perante esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o intuito de instruir matéria sob minha relatoria, a Sugestão nº 25, de 2017, que trata da “Descriminalização do cultivo da <i>cannabis</i> para uso próprio”.</p>
<p>RDH Nº 104/17</p> <p>RE nº 63ª, 13/09/17</p> <p>Autoria: Paulo Paim</p>	<p>Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Atuação dos Planos de Saúde e possíveis alterações na legislação”.</p>
<p>RDH Nº 115/17</p> <p>RE nº 87ª, 08/11/17</p> <p>Autoria: José Medeiros</p>	<p>Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição da República e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater a respeito dos convênios entre a União e as chamadas comunidades terapêuticas.</p>
<p>RDH Nº 126/17</p> <p>RE nº 69ª, 27/09/17</p> <p>Autoria: Paulo Paim</p>	<p>Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A Doença de Parkinson”.</p>

RDH Nº 159/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para tratar da questão relativa à instituição do dia 27 de março como o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Romário	
RDH Nº 175/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater “a patologia rara denominada Atrofia Muscular Espinhal (AME), uma doença crônica, degenerativa, progressiva e genética”.
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Paulo Paim	

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

Economia e Meio Ambiente são temas que se entrelaçam na Comissão, mesclando a preocupação com a saúde do Planeta e com a sobrevivência digna dos trabalhadores e povos tradicionais.

O tema foi objeto de **cinco audiências públicas da CDH**, por iniciativa dos Senadores Hélio José e Paulo Paim.

Os debates contaram com a participação de **51 convidados**, incluindo autoridades do Executivo e do Ministério Público, professores, economistas, representantes de entidades sindicais e movimentos populares, entre outras organizações.

As audiências abordaram a securitização de créditos recebíveis, a situação dos trabalhadores ligados à JBS; a regularização fundiária no Distrito Federal e seu entorno; a agricultura familiar e a reforma agrária, o corte orçamentário e o desmonte do INCRA.

Com referência ao tema, a Comissão aprovou **onze Requerimentos**, de autoria dos Senadores Hélio José, Lindberg Farias e Paulo Paim.

Também apreciou **um projeto de Lei**, acerca da política de apoio às atividades das mulheres marisqueiras, e **quatro Sugestões Legislativas**, sobre condições de trabalho para psicólogos, redução de impostos sobre games, extinção do IPVA e desconto para professores na compra de automóveis. Destas, uma foi convertida na PEC 51/2017 e outras duas nos PLS 511/2017 e 512/2017.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 54 – 09/08/2017
 RE Nº 65 – 18/09/2017
 RE Nº 80 – 24/10/2017
 RE Nº 86 – 07/11/2017
 RE Nº 106 – 14/12/2017

MATÉRIAS APRECIADAS

PLC 47/2017 SUG 33/2017
 SUG 06/2017 SUG 40/2017
 SUG 15/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 89/2017 RDH 124/2017
 RDH 99/2017 RDH 130/2017
 RDH 100/2017 RDH 138/2017
 RDH 101/2017 RDH 172/2017
 RDH 113/2017 RDH 174/2017
 RDH 114/2017

➤ A regularização fundiária no DF e seu Entorno foi tema da última audiência pública da CDH em 2017, debatendo a suspensão das derrubadas de moradias e a regulamentação da Lei nº 13.465/2017.

Leia mais em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/14/Audiencia-discute-regularizacao-fundiaria-no-Distrito-Federal-e-Entorno>

GALERIA



RE 106, 14/12/2017.
 Fotos: Roque de Sá,
 Agência Senado





RE 65, 18/09/2017 e RE 86, 07/11/2017.
Fotos: Geraldo Magela, Agência Senado

RE 80, 24/10/2017.
Foto: Pedro França
Agência Senado

ENCAMINHAMENTOS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Remeter ao Presidente da República manifesto elaborado pelos participantes da RE 54/2017, solicitando: revogação do Decreto nº 9.101/2017; não ao contingenciamento às verbas destinadas a Polícia Rodoviária Federal – PRF; aprovação do PL 528/2015; redução dos pedágios abusivos e fiscalização das concessionárias; redução na cobrança para caminhões circulando vazios (com eixos guilhotinados).
- Propor ao Ministério Público do Trabalho a realização de reunião com representantes do Grupo J&F, Ministério do Trabalho e representantes dos trabalhadores do Grupo J&F com a finalidade de discutir encaminhamentos em caso de demissão em massa; possível presença da CDH (Sen. Paim)
- Propor ao BNDES que acrescente em seus contratos de financiamento cláusulas que assegurem medidas compensatórias aos trabalhadores em caso de dispensa em massa;
- Realizar audiência pública com os participantes desta audiência (RE 65/2017) e a participação do Ministro da Fazenda, Senhor Henrique Meirelles, representante do BNDES, representante do Grupo J&F, o Governador do Estado do Paraná, Senhor Beto Richa, o Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, o Deputado Federal Carlos Marun e o representante das Centrais no Conselho Deliberativo do FAT – CODEFAT;
- Propor à PGR a inclusão na cláusula 16 do acordo de leniência com a JBS a criação de uma comissão composta das Confederações Sindicais, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho, Sen. Paulo Paim e empresa para criar medidas compensatórias aos trabalhadores em caso de venda ou fechamento de unidades;
- Solicitar à PGR informações sobre a destinação dos recursos de multas e ressarcimento no âmbito dos acordos de leniência, em face da preocupação aqui expressada com a utilização adequada em projetos/programas de proteção dos trabalhadores, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou ainda do Fundo de Direito Difusos e Coletivos (Ministério da Justiça), e com os mecanismos aptos a garantir que esses recursos não possam ser objeto de contingenciamento pelo Governo;
- Apresentar Projeto de Lei para alterar a Lei nº 13.189/15 para propor que o Programa de Seguro Emprego (PSE) seja permanente;
- Regulamentar o Parágrafo 4º do Artigo 239 da Constituição Federal;
- Propor abertura de CPI no Senado com o objetivo de investigar as recuperações judiciais;
- Incluir os participantes desta audiência pública (RE 65/2017) no grupo de trabalho da Subcomissão do Estatuto do Trabalho com a finalidade de debater sobre o desemprego e as recuperações judiciais;
- Propor ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE que consulte os representantes legítimos dos trabalhadores nas decisões econômicas que acarrete em consequência aos trabalhadores.
- Enviar o link desta reunião (RE 86/2017) para senadores e ministros e, em DVD, para o Presidente.
- Coletar assinaturas para CPI sobre o tema desta audiência: securitização de créditos recebíveis (RE 86/2017).

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 54/17 "A Situação do Setor Rodoviário"</p> <p>09/08/17</p> <p>RDH 04/17</p> <p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Flávio Werneck, Vice-Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FENAPEF Giselle Sousa, Coordenadora Nacional da União de Defesa da Cidadania e Combate à Corrupção José Araújo da Silva, Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros - UNICAM Nailton Souza, Representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST Odilon Pereira da Fonseca, Liderança dos Caminhoneiros no Estado do Mato Grosso Rogério Alberto Reame, Liderança dos Caminhoneiros no Estado de São Paulo Wanderlei Alves, Liderança dos Cegonheiros no Estado do Paraná</p>
<p>RE Nº 65/17 "A situação dos trabalhadores da JBS e das demais empresas da Holding J&F Investimentos".</p> <p>18/09/17</p> <p>RDH 76/17</p> <p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Celio Elias, Vereador Celio Elias Câmara Municipal de Forquilha – SC e Presidente do Sindicato de Alimentação de Criciúma-SC Ernane Garcia Ferreira, Presidente da Federação dos Trabalhadores em Alimentação do Paraná Heiler Ivens de Souza, Procurador do Trabalho - Coordenador Nacional do Projeto do MPT de Adequação das Condições de Trabalho em Frigoríficos em Santa Catarina Manoel Eugênio Guimarães, Coordenador do Grupo Técnico do Programa de Proteção ao Emprego do Ministério do Trabalho Marthius Sávio Lobato, Advogado da Confederação Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins - CONTAC Siderlei Silva de Oliveira, Presidente da Confederação Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins – CONTAC-CUT Vilson Gimenes, Presidente, Federação dos Trabalhadores em Alimentação do Mato Grosso do Sul</p>
<p>RE Nº 80/17 "A Agricultura Familiar, a Reforma Agrária, o Corte Orçamentário e o desmonte do INCRA"</p> <p>24/10/17</p> <p>RDH 113/17</p> <p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Elias Dangelo Borges, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP - lançamento do livro: "Análise da Seguridade Social 2016" Gustavo Souto Noronha, Economista do INCRA - Superintendência Regional do Rio de Janeiro Hur Ben Correa da Silva, Coordenador Geral de Assuntos da Agricultura Familiar e Cooperação Internacional da Secretaria Especial de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SEAD/MDA Jorge Tadeu Jatobá Correia, Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA José Fritsch, Ex-Deputado Federal e co-fundador do MST José Parente, Representante da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA Márcio Rodrigo Alécio, Perito Federal Agrário - Representante do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários - SindPFA Reginaldo Marcos Félix de Aguiar, Diretor de Administração e Finanças da Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários – CNASI-AN Vanderlúcia de Oliveira Simplício, representante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST</p>
<p>RE Nº 86/17 "A securitização de créditos recebíveis"</p> <p>07/11/17</p> <p>RDH 89/17</p> <p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal do Tribunal de Contas União - TCU Antônio Gomes de Vasconcelos, Professor da Faculdade de Direito da UFMG e Juiz do Trabalho Gilson Reis, Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Presidente da CPI da PBH Ativos Hilton Coelho, Vereador da Câmara Municipal de Salvador Hugo Arias Palácios, Professor e membro do Comitê da Auditoria da Dívida Pública do Equador Ladislau Dowbor, Economista e Professor Titular de Pós-Graduação da PUC-SP Maria Lucia Fattorelli, Auditora aposentada da Receita Federal e Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida Michael Roberts, Economista Financeiro Paulo Ramos, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro Raquel Carneira Varela, Advogada, Coordenadora do Grupo de Estudo sobre Conflitos Trabalhistas e Sociais na Universidade Nova de Lisboa Zoe Konstantopoulou, Advogada - Ex-Presidente do Parlamento Grego e Presidente da Auditoria Cidadã na Grécia</p>

<p>RE Nº 106/17 "Debater as consequências e os procedimentos que devem ser adotados para que, no Distrito Federal e Entorno, se apliquem os dispositivos relativos à regularização fundiária e à garantia do direito à habitação aprovados no PLV 12/2017 (MPV 759/2016)"</p>	<p>Edivaldo Dias da Silva, Representante da Secretaria de Gestão do Território e Habitação do DF Fabiana Torquato, Superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal - SPU-DF Franklin Rodrigues da Costa, Subprocurador-Geral da República Gilberto Camargos, Presidente da Associação de Moradores de Vicente Pires e Região - AMOVIPE Izalci, Deputado Federal João Gomes Pereira, Representante das Cidades Tradicionais (Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Vicente Pires, Estrutural e outras) José Raimundo Sepeda, Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA Junior Almeida, Presidente do Instituto Terra Legal - ITL Luciano da Silva Cavalcanti, Advogado, representante das Novas Cidades (Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância, Araponga e outras) Neurimar Patrícia Ribeiro de Almeida, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios -MPDFT OG Pereira, Representante da OAB-DF Selma Godoy, Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios MPDFT Thiago Teixeira de Andrade, Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação do GDF Toni Duarte, Representante da Associação de Moradores do Jardim Botânico - AJAB e Senadinho Valdir Calisto de Campos, Representante da ALOTERRA – Associação dos legítimos ocupantes de terras rurais de DF</p>
<p>14/12/17</p>	
<p>RDH 65/17 e 172/17</p>	
<p>Senador Hélio José</p>	

MATÉRIAS APRECIADAS

<p>PLC Nº 47/2017</p>	<p>Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.</p>
<p>RE nº 87ª, 08/11/17</p>	
<p>Autoria: Dep. Tia Eron</p>	
<p>Relatoria: Sen. Cidinho Santos</p>	<p>Decisão: Aprovado, na forma do Substitutivo da CDH.</p>
<p>SUG Nº 06/2017</p>	<p>Psicólogos com piso salarial de R\$4.800,00, por 30 horas semanais.</p>
<p>RE nº 91ª, 22/11/17</p>	
<p>Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania</p>	
<p>Relatoria: Sen. Regina Sousa</p>	<p>Decisão: Convertida no PLS 511/2017.</p>
<p>SUG Nº 15/2017</p>	<p>Reduzir os impostos sobre games dos atuais 72% para 9%.</p>
<p>RE nº 105ª, 14/12/17</p>	
<p>Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania</p>	
<p>Relatoria: Sen. Regina Sousa</p>	<p>Decisão: Convertida na PEC 51/2017.</p>
<p>SUG Nº 33/2017</p>	<p>Fim do Imposto sobre Veículo Automotores, IPVA.</p>
<p>RE nº 105ª, 14/12/17</p>	
<p>Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania</p>	
<p>Rel. Ad hoc: Sen. Telmário Mota</p>	<p>Decisão: Arquivada.</p>
<p>SUG Nº 40/2017</p>	<p>Desconto de 30% na compra de automóveis por professores.</p>
<p>RE nº 91ª, 22/11/17</p>	
<p>Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania</p>	
<p>Relatoria: Sen. Cidinho Santos</p>	<p>Decisão: Convertida no PLS 512/2017.</p>

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 88/17	Requer, nos termos do arts. 89, VII, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir o trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal.
RE nº 60ª, 23/08/17	
Autoria: Hélio José	
RDH Nº 99/17	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "A Amazônia e a Autorização para exploração de Minério em Reservas Ambientais e em Terras Indígenas".
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 100/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, nesta Comissão, para debater "O pacote de Privatizações".
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 101/17	Requer, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, combinado com o art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a debater o anúncio feito pelo Governo em que prevê dezenas de projetos, incluídos ou não no PPI – Programa de Parcerias de Investimento, com o objetivo de promover concessões, privatizações, leilões e vendas de ativos.
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Lindbergh Farias e outros	
RDH Nº 113/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A Agricultura Familiar, a Reforma Agrária, o Corte Orçamentário e o desmonte do INCRA".
RE nº 67ª, 20/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 114/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para debater "A importância da aviação no desenvolvimento do Brasil".
RE nº 67ª, 20/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 124/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "Impactos da Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos) no serviço público".
RE nº 69ª, 27/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 130/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater "A Regulamentação do Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros".
RE nº 69ª, 27/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 138/17	Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) destinada a tratar da manutenção de todos os ocupantes da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Riacho Fundo, em vista da decisão judicial que os obriga a desocupá-la no prazo de 30 dias.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Hélio José	
RDH Nº 172/17	Requeiro aditamento ao Requerimento RDH nº 65/2017, que aprovou a realização de Audiência Pública "para debater as consequências e os procedimentos que devem ser adotados para que, no Distrito Federal e Entorno, se apliquem os dispositivos relativos à regularização fundiária e à garantia do direito à habitação aprovados no PLV 12/2017 (MPV 759/2016)", visando a substituição dos seguintes convidados: - do Representante da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) como autoridade convidada, pelo Superintendente do INCRA/DF, Senhor Igor Soares Lélis; - do Superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal (SPU/DF) pelo Secretário de Patrimônio da União, Senhor Sidrack de Oliveira Correia Neto; e visando, ainda, a inclusão dos seguintes convidados: - Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, Desembargador Mário Machado Vieira Netto; - Presidente da Câmara Legislativa do DF, Deputado Distrital Joe Valle; - Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, Senhor André Lima; - Presidente da OAB/DF, Dr. Juliano Costa Couto; - Presidente da Associação de Moradores do Grande Colorado, Sr. Carlos Cardoso; - Presidente da Associação comunitária dos Condomínios da Região do Jardim Botânico – AJAB, Senhor Claudemir Pita; - Representante das Novas Cidades (Sol Nascente, Pôr do Sol, Morro da Cruz, Porto Rico, Sucupira, Estância, Araponga e outras), senhor Luciano da Silva Cavalcanti; - Representante das Cidades Tradicionais (Paranoá, São Sebastião, Itapoã, Vicente Pires, Estrutural e outras), Senhor João do Violão.
RE nº 96ª, 29/11/17	
Autoria: Hélio José	
RDH Nº 174/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para instruir a SUG 53 de 2017, que prevê a "Proibição da privatização da Caixa Econômica Federal"
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Paulo Paim	

SISTEMA DE JUSTIÇA E ENCARCERAMENTO

Sistema de Justiça e Encarceramento passou a ser um tema recorrente na Comissão, tendo em vista o aumento das denúncias de violação de direitos humanos nesse âmbito.

Além disso, a política pública de *encarceramento* foi uma das escolhidas para acompanhamento pela CDH, sob relatoria da Senadora Ângela Portela.

A temática foi objeto de **cinco audiências públicas**, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Regina Sousa.

Os debates contaram com a participação de **55 convidados**, incluindo autoridades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, da Defensoria e do Ministério Público, estudantes, professores, advogados, representantes de entidades sindicais e de organizações como OAB, CNBB, EDUCAFRO, Doughty Street Chambers, Human Rights Watch, entre outras.

As audiências abordaram as circunstâncias que levaram à morte do reitor da UFSC, a garantia institucional do acesso à justiça, a imparcialidade do juiz, o sistema de justiça em âmbito mundial, a polícia penal e as consequências da redução da maioridade penal.

A Comissão também aprovou **nove Requerimentos**, de autoria dos Senadores Ângela Portela, Lindberg Farias, Paulo Paim e Regina Sousa.

- A CDH recebeu em audiência pública o defensor de direitos humanos **Geoffrey Robertson**, conselheiro da Rainha da Grã-Bretanha e fundador da principal banca especializada em Direitos Humanos do Reino Unido, o escritório Doughty Street Chambers. O objetivo da organização é melhorar o acesso à justiça e promover os direitos humanos e as liberdades civis. A audiência contou com tradução simultânea e debateu os sistemas de justiça e direitos humanos em uma perspectiva mundial, incluindo a queixa do ex-Presidente Lula à ONU, defendida pelo Conselheiro.

Leia mais em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/08/28/sistemas-de-justica-e-direitos-humanos-pelo-mundo-sao-tema-de-audiencia-na-cdh>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/08/30/cdh-debate-queixa-do-ex-presidente-lula-ao-comite-de-direitos-humanos-da-onu>

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 62 – 30/08/2017

RE Nº 76 – 10/10/2017

RE Nº 81 – 24/10/2017

RE Nº 89 – 21/11/2017

RE Nº 90 – 21/11/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 93/2017

RDH 94/2017

RDH 95/2017

RDH 121/2017

RDH 139/2017

RDH 141/2017

RDH 142/2017

RDH 149/2017

RDH 151/2017

ENCAMINHAMENTOS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Enviar cópias das notas taquigráficas da RE 62/17 para todas as Comissões de Direitos Humanos das Assembleias Legislativas dos Estados, das Câmaras Municipais, da Câmara dos Deputados, Secretarias de Direitos Humanos dos Estados e Municípios, onde houver, Alto Comissariado da ONU, aos órgãos permanentes de Direitos Humanos da ONU, à Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA e para a mídia.
- Realizar audiência pública com o juiz Sérgio Moro e o advogado Carlos Zucolotto Jr., com a finalidade de esclarecer os fatos relacionados à denúncia de propina noticiada na imprensa.

GALERIA

RE 62, 30/08/2017. Foto: Pedro França, Agência Senado



RE 76, 10/10/2017. Foto: Edilson Rodrigues, Agência Senado



RE 81, 24/10/2017. Foto: Jefferson Rudy, Agência Senado

RE 89, 21/11/2017. Fotos: Geraldo Magela, Agência Senado



RE 90, 21/11/2017. Fotos: Geraldo Magela, Agência Senado

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 62/17 "Direitos Humanos e Sistema de Justiça em âmbito Mundial"</p> <p>30/08/17</p> <p>RDH 50/17</p> <p>Senadora Regina Sousa</p>	<p>Carlos Moura, Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB</p> <p>Geoffrey Robertson, Conselheiro da Rainha da Grã-Bretanha - Fundador e Sócio do Escritório Doughty Street Chambers, principal banca especializada em Direitos Humanos do Reino Unido</p> <p>Paulão, Deputado Federal e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados</p>
<p>RE Nº 76/17 "Garantia Institucional do Acesso à Justiça e a Imparcialidade do Juiz"</p> <p>10/10/17</p> <p>RDH 121/17</p> <p>Senadora Regina Sousa</p>	<p>Fabiana Gadelha, Diretora de Programas da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos</p> <p>Lúcia Helena Oliveira, Promotora de Justiça do MPDFT</p> <p>Marcelo Neves, Acadêmico</p> <p>Paulo Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA</p> <p>Rubens Casara, Doutor em Direito, Mestre em Ciências Penais, Juiz de Direito do TJ/RJ</p>
<p>RE Nº 81/17 "A redução da maioria penal e suas consequências".</p> <p>24/10/17</p> <p>RDH 139/17</p> <p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Cezar Roberto Bitencourt, Professor - Doutor em Direito Penal</p> <p>Elisa Cruz, Defensora Pública da Infância do Estado do Rio de Janeiro e Vice Coordenadora da Comissão da Infância da Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP</p> <p>Irapuã Santana da Silva, Conselheiro voluntário da EDUCAFRO e assessor do Ministro Luiz Fux no STF e no TSE</p> <p>Juliana Coelho de Lavigne, Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul - ADPERGS</p> <p>Maria Laura Canineu, Diretora do escritório no Brasil do Human Rights Watch e intérprete da Sr.ª Zama Neff</p> <p>Renato da Costa Figueira, Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB</p> <p>Zama Neff, Diretora-Executiva da Divisão de Direitos das Crianças e Adolescentes do Human Rights Watch</p>
<p>RE Nº 89/17 "As circunstâncias que levaram à morte do Doutor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina".</p> <p>21/11/17</p> <p>RDH 141/17</p> <p>Senadora Regina Sousa</p>	<p>Diana Dias Sampaio, Secretária Geral do Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior - ATENS-SN</p> <p>Juliano Scherner Rossi, Procurador Federal junto a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC</p> <p>Luis Eduardo Acosta Acosta, 1º Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN</p>
<p>RE Nº 90/17 "Em prol da Polícia Penal"</p> <p>21/11/17</p> <p>RDH 149/17</p> <p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Adeilton de Souza Rocha, Vice-Presidente da FENASPEN e Presidente do SINDASP/MG</p> <p>Ana Perugini, Deputada Federal</p> <p>Arnaldo Faria de Sá, Deputado Federal</p> <p>Cabo Sabino, Deputado Federal</p> <p>Capitão Augusto, Deputado Federal</p> <p>Carlos Alberto Nogueira, Diretor da FENASPEN e Diretor do SINDASP/MG</p> <p>Cícero Sarnei, Agente Penitenciário de São Paulo</p> <p>Claudio Fernandes, Diretor da FENASPEN</p> <p>Cléber Virgínio, Vice-Presidente do SINDPEN/DF</p> <p>Deidison Brian, Associação dos Agentes Penitenciários do Distrito Federal</p> <p>Diana Moreira, Agente Penitenciária do Goiás</p> <p>Diemerson Sousa, Presidente da AMASP-MG e Agente penitenciário</p> <p>Euclenes Pereira da Silva, Presidente do Sindicato dos Agentes de Execução Penal Federal do DF</p> <p>Eugênio Ferreira, Vereador de Unai e Agente Penitenciário</p> <p>Fábio Cesar Ferreira, Diretor da FENASPEN e Presidente do SIFUSPESP/SP</p> <p>Fernando Ferreira de Anunciação, Presidente da FENASPEN</p>

	<p>Flávia Moraes, Deputada Federal Geonias Oliveira Santos, Diretor da FENASPEN e Coordenador do SINSPEB/BA Gutembergue Oliveira, Diretor da FENASPEN e Presidente do SINDSISTEMA/RJ Jair Bolsonaro, Deputado Federal Jori Oeiras, Deputado Estadual do Amapá e Agente Penitenciário José Roberto Neves, Diretor do SINDARSPEN/PR Lincoln Portela, Deputado Federal Luiz Antonio Possas de Carvalho, Advogado - Sócio das Empresas Civitas Consultores Associados Ltda e Consultores Civitas Ltda Manoel Joaquim da Silva Filho, Diretor da FENASPEN e Diretor do SINDASP/PE Marcia Maria Barbosa de Oliveira, Diretora da FENASPEN e Diretora do SINDASP/PE Maryland Lima Cardoso, Presidente da Associação dos Agentes Penitenciários do DF Moisés Diniz, Deputado Federal Paulo Rogério, Agente Penitenciário e ex-vereador da Cidade Ocidental-Goiás Reginaldo Sardinha, Associação dos Agentes Penitenciários do Distrito Federal Renilda José Rita, Representante do SINDASP/MG Robson Reyme, Diretor da AMAPERGS Sindicato – RS Soldado Noélio, Vereador de Fortaleza Sóstenes Araújo, Diretor da FENASPEN e Presidente do SINDEASPES/ES Vladimir Dantas, Agente Penitenciário de Minas Gerais Wilker Kaizer, Diretor da FENASPEN e Diretor do SINDASPES/ES</p>
--	---

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 93/17	<p>Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 96-B, § 2º, e o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sr. Torquato Lorena Jardim, as seguintes informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Qual a evolução da população carcerária no País nos últimos cinco anos? 2. Qual o percentual de presos provisórios e condenados definitivamente? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 3. Qual o percentual de presos recolhidos pela prática de crimes previstos na Lei de Drogas? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 4. Qual o percentual de presos recolhidos pela prática de crimes qualificados como hediondos pela legislação em vigor? 5. Qual a distribuição territorial por Estado da população carcerária? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 6. Qual a distribuição de presos por regime de cumprimento de pena (fechado, semiaberto, aberto)? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 7. Qual o atual déficit de vagas no sistema penitenciário nacional? Qual a evolução deste dado nos últimos cinco anos? 8. Qual a capacidade e a quantidade de presos recolhidos nos Presídios Federais? Qual a evolução deste dado nos últimos dez anos? 9. Qual o tempo médio de recolhimento de cada preso no sistema penitenciário federal? 10. Qual a previsão para a expansão do sistema penitenciário federal mediante a construção de novas unidades? 11. Quais são as políticas desenvolvidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública através do Departamento Penitenciário Nacional para garantir tratamento igualitário às minorias encarceradas? Qual o êxito destas iniciativas? 12. Existe previsão para a realização de um censo penitenciário completo? 13. Qual a evolução do orçamento do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) nos últimos cinco anos? Qual o valor designado/executado para cada uma de suas principais rubricas? 14. Quais os critérios estabelecidos para a repartição dos recursos do Funpen entre as diversas unidades da federação no exercício de 2017? 15. Outras informações julgadas relevantes para a avaliação da política pública de encarceramento.
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Ângela Portela	

RDH Nº 94/17	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 96-B, § 2º, e o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro-presidente do Tribunal de Contas da União, Sr. Raimundo Carreiro, as seguintes informações: 1. A Ministra Ana Arraes submeteu ao Plenário do TCU comunicação no sentido de realizar auditoria coordenada que permita examinar os aspectos mais relevantes da gestão operacional e de infraestrutura das penitenciárias do Brasil. Qual a conclusão desse trabalho? Não tendo sido concluída a auditoria, quais são os seus achados preliminares? Quais Estados aderiram à auditoria coordenada? 2. Qual a situação das últimas cinco contas anuais do Departamento Penitenciário Nacional? 3. Existem, nos últimos cinco anos, outras auditorias que tenham analisado a política pública de encarceramento? 4. A Corte de Contas já teve a oportunidade de avaliar o funcionamento do sistema penitenciário federal? 5. Outras informações julgadas relevantes para a avaliação da política pública de encarceramento.
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Ângela Portela	
RDH Nº 95/17	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 96-B, § 2º, e o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, as seguintes informações: 1. Segundo o art. 2º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, constituem recursos do Fundo Penitenciário Nacional, dentre outros, três por cento do montante arrecadado dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias, no âmbito do Governo Federal. a) Qual o saldo ainda não utilizado pelo Fundo? b) Qual a sua evolução nos últimos cinco anos? c) Há uma previsão para zerar este saldo?
RE nº 63ª, 13/09/17	
Autoria: Ângela Portela	
RDH Nº 121/17	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública na forma de Ciclo de debates sobre o tema: “Garantia institucional do Acesso à Justiça e a Imparcialidade do juiz”.
RE nº 67ª, 20/09/17	
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 139/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater “A redução da maioria penal e suas consequências”.
RE nº 74ª, 04/10/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 141/17	Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater as circunstâncias que levaram a morte do doutor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.
RE nº 74ª, 04/10/17	
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 142/17	Requer, nos termos do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, na forma de audiência pública, a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro, para debater o tema da redução da maioria penal.
RE nº 79ª, 18/10/17	
Autoria: Lindbergh Farias e outros	
RDH Nº 149/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Em prol da Polícia Penal”.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 151/17	Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o tema “Direitos das Pessoas Presas e o contato com familiares – acesso à visita íntima”, com a participação de especialistas no tema e familiares de pessoas presas.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Regina Sousa e outros	

OUTROS TEMAS DE INTERESSE SOCIAL

Outros temas de interesse social foram objeto de atenção da CDH, com **quatro audiências públicas**, de iniciativa dos Senadores José Medeiros, Paulo Paim e Romário.

As audiências abordaram temas diversificados, como a criminalização do Funk, a retirada de direitos dos servidores públicos e a utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar altas autoridades da República.

Os debates contaram com a participação de **30 convidados**, incluindo autoridades do Executivo Federal, sindicalistas, pesquisadores, cantores e compositores, entre outros.

Nesse âmbito, a Comissão aprovou **dezesseis Requerimentos**, de autoria dos Senadores José Medeiros, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Regina Sousa e Sérgio Petecão.

Também apreciou **cinco Sugestões Legislativas**, propondo extinguir o termo feminicídio, tornar crime a falsa acusação de estupro, anistiar o Deputado Federal Jair Bolsonaro, criminalizar o Funk e liberar carros rebaixados, mas nenhuma destas foi convertida em projeto de lei.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

RE Nº 55 – 10/08/2017
 RE Nº 64 – 13/09/2017
 RE Nº 88 – 20/11/2017
 RE Nº 97 – 04/12/2017

MATÉRIAS APRECIADAS

SUG 07/2017 SUG 44/2017
 SUG 11/2017 SUG 46/2017
 SUG 17/2017

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH 75/2017 RDH 154/2017
 RDH 82/2017 RDH 157/2017
 RDH 92/2017 RDH 161/2017
 RDH 120/2017 RDH 162/2017
 RDH 122/2017 RDH 167/2017
 RDH 125/2017 RDH 169/2017
 RDH 128/2017 RDH 173/2017
 RDH 152/2017 RDH 179/2017

ENCAMINHAMENTOS DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

- Enviar o vídeo da RE 57/2017 aos familiares de Carlos Araújo, ex-deputado federal e ex-marido da Senhora ex-Presidenta Dilma Rouseff.
- Remeter aos Senadores e Senadoras manifesto das entidades participantes da RE 97/2017, solicitando rejeição do PLS 116/2017.

➤ O **e-Cidadania** é um instrumento de interatividade criado para aproximar a população da elaboração das leis. Qualquer cidadão pode apresentar uma ideia legislativa, preenchendo um formulário disponível no portal. Não é exigido conhecimento de técnica legislativa. A ideia legislativa é submetida à apreciação dos internautas por quatro meses. Qualquer que seja o tema da proposta, se receber mais de 20 mil apoios, vai iniciar sua tramitação pela CDH, onde será analisada por um Senador integrante da Comissão, que será o Relator. Caso aprovada pela maioria dos membros, será convertida em projeto de lei para apreciação pelo Congresso Nacional.

Leia mais em:

<https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2018/01/participacao-popular-pelo-e-cidadania-dispara-em-2017>

➤ Os direitos dos servidores públicos federais foram objeto de atenção da Comissão em duas audiências públicas, que tiveram por temas: a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável e a defesa dos serviços públicos, contra o “pacote de maldades” do Governo.

Leia mais em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/12/04/projeto-que-determina-demissao-de-servidores-por-mau-desempenho-e-criticado-em-audiencia-publica>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/20/entidades-sindicais-fazem-defesa-do-servico-publico-e-criticam-medidas-do-governo>

GALERIA



RE 55, 10/08/2017. Foto: Geraldo Magela, Agência Senado



RE 64, 13/09/2017. Fotos: Edilson Rodrigues, Agência Senado



RE 97, 04/12/2017. Fotos: Geraldo Magela, Agência Senado



Demissão de Servidor Público Estável
Lei 8112 Art 117
 IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
 X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
 XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto ao órgão ou à entidade pública em que estiver lotado ou em exercício;
 XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS

<p>RE Nº 55/17, conj. CRE "Audiência Pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para que o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etchegoyen, venha prestar esclarecimentos sobre as informações noticiadas pela imprensa, entre os dias 10 e 11 de junho de 2017, quanto à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar altas autoridades da República".</p> <p>10/08/17 RDH 75/17 Senador José Medeiros</p>	<p>Sergio Westphalen Etchegoyen, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República</p>
<p>RE Nº 64/17 "A Criminalização do Funk", objeto da Sugestão nº 17/2017</p> <p>13/09/17 RDH 68/17 Senador Romário</p>	<p>Anderson Pavin Neto, Presidente do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE Bruno Ramos, Representante da Secretaria Nacional da Juventude e Colaborador na Construção do Plano Nacional da "juventude viva" MC Bob Rum, Cantor e Compositor do Rap do Silva MC Koringa Mylene Mizrahi, Antropóloga</p>
<p>RE Nº 88/17 "Em defesa dos serviços públicos, contra o pacote de maldades"</p> <p>20/11/17 RDH 154/17</p>	<p>Alexandre Caso, Diretor de Assuntos Legislativos da Intersindical - Central da Classe Trabalhadora Cleiton Camargo Batista, Representante do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística Edison Guilherme Haubert, Presidente do Instituto MOSAP Flávio Alves da Silva, Vice-Presidente da Federação de Sindicatos de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior - PROIFES</p>
<p>Senador Paulo Paim</p>	<p>Florian Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP Francelino das Chagas Junior, Representante da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO Gerardo Alves Lima Filho, Coordenador de Finanças da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE Gibran Ramos Jordão, Coordenador-Geral da FASUBRA Sindical Laurizete Araújo Gusmão, Representante da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - FENASPS Marcelo Azevedo, Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF Marco Aurélio Gonsalves, Diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT Rudiney Marques, Presidente da União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle - UNACON e da FONACATE, e representante do ANFFA Sindical Sergio Ricardo Moreira de Castro, Diretor de Assuntos Previdenciários do SINDIRECEITA Williamis da Silva Vieira, Coordenador Geral do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - SINASEFE</p>

RE Nº 97/17 "A perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável"	Alfredo Portinari Greggio Maranca , Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo - SINAFRESP Antônio Pereira Barbosa , Diretor de Assuntos Parlamentares da FEBRAFITE Daro Marcos Piffer , Representante do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL Edson Carneiro Índio , Secretário Geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora Euclenes Pereira da Silva , Presidente do Sindicato dos Agentes Federais de Execução Penal do DF Francelino das Chagas Valença Junior , Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO
04/12/17	Hermes Zaneti , Deputado Federal na Constituinte e autor do livro "O Complô"
RDH 92/17	Marcelo Azevedo , Diretor Jurídico da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF Petrus Elesbão , Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo – SINDILEGIS Ricardo Luiz Wright Minussi Macedo , Representante do Sindicato Nacional dos Servidores Administrativos do Ministério da Fazenda - SINDFAZENDA
Senador Paulo Paim	

MATÉRIAS APRECIADAS

SUG Nº 07/2017	
RE nº 60ª, 23/08/17	Torna falsa acusação de estupro crime hediondo e inafiançável.
Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania	
Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann	Decisão: Arquivada.
SUG Nº 11/2017	
RE nº 60ª, 23/08/17	Anistia ao Senhor Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro.
Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania	
Relatoria: Sen. Gleisi Hoffmann	Decisão: Arquivada.
SUG Nº 17/2017	
RE nº 67ª, 20/09/17	Criminalização do Funk como crime de saúde pública à criança, aos adolescentes e à família.
Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania	
Relatoria: Sen. Romário	Decisão: Arquivada.
SUG Nº 44/2017	
RE nº 105ª, 14/12/1	Extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional.
Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania	
Relatoria: Sen. Regina Sousa	Decisão: Arquivada.
SUG Nº 46/2017	
RE nº 105ª, 14/12/1	Liberação de carros rebaixados.
Autoria: cidadão, via Programa e-Cidadania	
Rel. Ad hoc: Sen. Telmário Mota	Decisão: Arquivada.

REQUERIMENTOS APROVADOS

RDH Nº 75/17	Requer, nos termos regimentais, a realização de sessão conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Relações Exteriores (CRE), em 10 de agosto de 2017, em atendimento ao RRE 22 e ao RDH 72, ambos de 2017.
RE nº 50ª, 02/08/17	
Autoria: José Medeiros	
RDH Nº 82/17	Requer, nos termos regimentais, o encerramento da Subcomissão Temporária criada por meio do Requerimento nº 142 de 2015, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
RE nº 50ª, 02/08/17	
Autoria: Paulo Paim	

RDH Nº 92/17	Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável”.
RE nº 60ª, 23/08/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 120/17	Requer, nos termos do artigo 50 caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso III do art. 90 e § 1º do art. 397 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convocado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Defesa, Raul Jungmann, a comparecer à CDH, a fim de prestar informações acerca das recentes declarações do general de Exército Antônio Hamilton Mourão, Secretário de Economia e Finanças da nossa Força terrestre.
RE nº 67ª, 20/09/17	
Autoria: Randolfe Rodrigues	
RDH Nº 122/17	Requer, na forma regimental, aditamento ao Requerimento nº 120, de 2017-CDH, para o fim de que o Sr. Ministro da Defesa, Raul Jungmann, seja convidado desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ratificando-se os demais termos nele constante.
RE nº 67ª, 20/09/17	
Autoria: Sérgio Petecão	
RDH Nº 125/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Reestruturação da carreira militar e salarial”.
RE nº 69ª, 27/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 128/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A Gestão Pública na Velocidade da Mudança”.
RE nº 69ª, 27/09/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 152/17	Requer, com base no caput do art. 50 e no inc. III do §2º do art. 58, ambos da Constituição Federal, assim como no §1º do art. 397 do RISF, a convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça Torquato Lorena Jardim para prestar esclarecimentos a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a respeito de suas declarações de que Comandantes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro seriam associados ao crime organizado e ao narcotráfico e subordinados a parlamentares federais.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: José Medeiros	
RDH Nº 154/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “Em defesa dos serviços públicos, contra o pacote de maldades”.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 157/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “Políticas Públicas de Segurança no Trânsito e Mobilidade Urbana com Ênfase na Mobilidade Ativa (ciclista e pedestre)”.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Paulo Paim	
RDH Nº 161/17	Requer, nos termos do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência, na forma de seminário, a ser realizada na cidade de Teresina - PI, nos dias 06 e 07 de dezembro com a temática: MÍDIA, COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.
RE nº 87ª, 08/11/17	
Autoria: Regina Sousa e outros	
RDH Nº 162/17	Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a SUG 44/2017, que sugere a extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional.
RE nº 91ª, 22/11/17	
Autoria: Marta Suplicy	
RDH Nº 167/17	Requer, na forma do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, que seja o Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. FERNANDO SEGÓVIA, convidado a prestar esclarecimentos no Plenário desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa acerca das possíveis interferências relacionadas à sua indicação ao cargo e sobre qual deve ser o comportamento da instituição que está comandando de agora em diante em relação à Operação Lava Jato, além de outras.
RE nº 91ª, 22/11/17	
Autoria: Randolfe Rodrigues	
RDH Nº 169/17	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a defesa da soberania nacional, com a participação de ex-Senadores da República. Os nomes dos convidados serão comunicados posteriormente.
RE nº 91ª, 22/11/17	
Autoria: Regina Sousa	
RDH Nº 173/17	Requer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir sugestão popular nº 30 de 2017, que extingue o auxílio moradia de autoridades públicas
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Randolfe Rodrigues e outros	
RDH Nº 179/17	Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para debater “A prática da Capoeira no Brasil”.
RE nº 105ª, 14/12/17	
Autoria: Paulo Paim	

REUNIÕES DA CDH EM ORDEM CRONOLÓGICA

REUNIÃO	TIPO	CONTEÚDO
49ª 01/08/17	Audiência Pública	"As reformas previdenciárias e trabalhistas", com foco nas aposentadorias especiais.
50ª 02/08/17	Deliberativa	PLC 371/2016. RDH Nº 75/17; RDH Nº 77/17; RDH Nº 78/17; RDH Nº 79/17; RDH Nº 80/17; RDH Nº 82/17; RDH Nº 83/17.
51ª 07/08/17	Audiência Pública	"As reformas previdenciária e trabalhista", com foco nas contribuições e na gestão.
52ª 08/08/17	Audiência Pública	"Situação dos Direitos dos Povos Indígenas do Brasil".
53ª 09/08/17	Deliberativa	PLC 18/2017. RDH Nº 81/17; RDH Nº 82/17; RDH Nº 83/17; RDH Nº 84/17; RDH Nº 85/17; RDH Nº 86/17; RDH Nº 87/17.
54ª 09/08/17	Audiência Pública	"A Situação do Setor Rodoviário"
55ª 10/08/17	Audiência Pública	"Audiência Pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para que o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etchegoyen, venha prestar esclarecimentos sobre as informações noticiadas pela imprensa, entre os dias 10 e 11 de junho de 2017, quanto à utilização da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar altas autoridades da República, em atendimento aos Requerimentos nºs 22-CRE e 75-CDH, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador José Medeiros, respectivamente."
56ª 10/08/17	Audiência Pública	"O processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, regulamentado pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003".
57ª 15/08/17	Audiência Pública	"A situação financeira da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, Universidade Federal da Integração Luso-Afro Brasileira - UNILAB e dos Institutos Federais do Brasil".
58ª 17/08/17	Audiência Pública	"As Reformas Previdenciária e Trabalhista", com foco nas perdas históricas dos direitos dos aposentados.
59ª 21/08/17	Audiência Pública	"O corte orçamentário e a inviabilização do combate ao trabalho escravo, infantil e outras violações de direitos".
60ª 23/08/17	Deliberativa	SUG 02/2016; SUG 02/2017; SUG 07/2017; SUG 11/2017. RDH Nº 88/17; RDH Nº 89/17; RDH Nº 90/17; RDH Nº 91/17; RDH Nº 92/17
61ª 28/08/17	Audiência Pública	"As reformas previdenciária e trabalhista", com foco na reforma trabalhista e seu impacto na vida do trabalhador.
62ª 30/08/17	Audiência Pública	"Direitos Humanos e Sistema de Justiça em âmbito Mundial".
63ª 13/09/17	Deliberativa	SUG 19/2017. RDH Nº 93/17; RDH Nº 94/17; RDH Nº 95/17; RDH Nº 97/17; RDH Nº 98/17; RDH Nº 99/17; RDH Nº 100/17; RDH Nº 101/17; RDH Nº 103/17; RDH Nº 104/17; RDH Nº 106/17; RDH Nº 107/17; RDH Nº 108/17; RDH Nº 109/17; RDH Nº 110/17; RDH Nº 111/17; RDH Nº 112/17.
64ª 13/09/17	Audiência Pública	"A Criminalização do Funk", objeto da Sugestão nº 17, de 2017.
65ª 18/09/17	Audiência Pública	"A situação dos trabalhadores da JBS e das demais empresas da Holding J&F Investimentos".


REUNIÃO	TIPO	CONTEÚDO
66ª 19/09/17	Audiência Pública	“Debater a Sugestão nº 11, de 2016, que recomenda apresentação de projeto de lei para alterar a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, com o objetivo de assegurar celeridade na realização de procedimentos indicados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”.
67ª 20/09/17	Deliberativa	SUG 17/2017; PLS 204/2017 RDH Nº 105/17; RDH Nº 113/17; RDH Nº 114/17; RDH Nº 118/17; RDH Nº 119/17; RDH Nº 120/17; RDH Nº 121/17; RDH Nº 122/17;
68ª 21/09/17	Audiência Pública	"O Estatuto da Pessoa com deficiência e os Planos Diretores Municipais".
69ª 27/09/17	Deliberativa	Leitura do relatório da diligência da CDH, realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2017, na Cidade de São Paulo, conforme RDH 86 de 2017, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann. RDH Nº 123/17; RDH Nº 124/17; RDH Nº 125/17; RDH Nº 126/17; RDH Nº 127/17; RDH Nº 128/17; RDH Nº 129/17; RDH Nº 130/17; RDH Nº 131/17; RDH Nº 132/17; RDH Nº 133/17.
70ª 28/09/17	Audiência Pública	“A situação da pesquisa e da legislação relacionadas às células tronco”.
71ª 02/10/17	Audiência Pública	“Atuação dos Planos de Saúde e possíveis alterações na legislação”.
72ª 02/10/17	Audiência Pública	"Conquistas da LEI DA APRENDIZAGEM: Estratégias, Oportunidades e Potencialidades ao Protagonismo do Infanto-juvenil".
72ª 03/10/17	Audiência Pública	“Instruir o PLS 231/2015, que altera o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente para dispor sobre a participação artística, desportiva e afim”.
74ª 04/10/17	Deliberativa	RDH Nº 135/17; RDH Nº 136/17; RDH Nº 137/17; RDH Nº 139/17; RDH Nº 140/17; RDH Nº 141/17.
75ª 04/10/17	Audiência Pública	"Lançamento e apresentação dos resultados da Relatoria Especial de Impacto das Políticas de Austeridade e de Desmonte do Estado sobre os Direitos Humanos".
76ª 10/10/17	Audiência Pública	"Garantia Institucional do Acesso à Justiça e a Imparcialidade do Juiz".
77ª 17/10/17	Audiência Pública	"As propostas de alterações da Lei 7.394, de 1985, que regula o exercício da Profissão de Técnico em Radiologia e dá outras providências".
78ª 17/10/17	Deliberativa	Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2017 (PLN nº 20 de 2017), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018".
79ª 18/10/17	Deliberativa	PLS 89/2017. RDH Nº 142/17; RDH Nº 143/17
80ª 24/10/17	Audiência Pública	"A Agricultura Familiar, a Reforma Agrária, o Corte Orçamentário e o desmonte do INCRA".
81ª 24/10/17	Audiência Pública	“A redução da maioria penal e suas consequências”.
82ª 25/10/17	Audiência Pública	“Acolher, cuidar e educar na primeira infância: por que precisamos de profissionais mais qualificados”.
83ª 26/10/17	Audiência Pública	Instruir a Sugestão nº 25, de 2017, que trata da “Descriminalização do cultivo da cannabis para uso próprio”.
84ª 30/10/17	Audiência Pública	“O Trabalho da Guarda Mirim do Distrito Federal”.
85ª 31/10/17	Audiência Pública	"As Graves Violações aos Direitos Indígenas e Quilombolas".
86ª 07/11/17	Audiência Pública	"A securitização de créditos recebíveis".

REUNIÃO	TIPO	CONTEÚDO
87ª 08/11/17	Deliberativa	PLC 47/2017; PLS 262/2017. RDH Nº 138/17; RDH Nº 115/17; RDH Nº 117/17; RDH Nº 145/17; RDH Nº 146/17 RDH Nº 147/17; RDH Nº 148/17; RDH Nº 149/17; RDH Nº 150/17; RDH Nº 151/17; RDH Nº 152/17; RDH Nº 153/17; RDH Nº 154/17; RDH Nº 155/17; RDH Nº 156/17; RDH Nº 157/17; RDH Nº 158/17; RDH Nº 159/17; RDH Nº 160/17; RDH Nº 161/17.
88ª 20/11/17	Audiência Pública	"Em defesa dos serviços públicos, contra o pacote de maldades".
89ª 21/11/17	Audiência Pública	"as circunstâncias que levaram a morte do Doutor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, reitor da Universidade Federal de Santa Catarina", com a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.
90ª 21/11/17	Audiência Pública	"Em prol da Polícia Penal".
91ª 22/11/17	Deliberativa	SUG 06/2017; SUG 40/2017; OFICIO "S" 37/2013. RDH Nº 162/17; RDH Nº 163/17; RDH Nº 164/17; RDH Nº 165/17; RDH Nº 166/17; RDH Nº 167/17; RDH Nº 168/17; RDH Nº 169/17.
92ª 23/11/17	Audiência Pública	"EBSERH - Uma ofensa a autonomia universitária e à formação acadêmica dos profissionais das áreas da saúde".
93ª 23/11/17	Audiência Pública	"A Previdência Social que queremos".
94ª 28/11/17	Audiência Pública	Denunciar as agressões sofridas pela indígena Ivete de Souza, 59 anos, da etnia Mbya Guarani pertencente a comunidade Terra Indígena Morro dos Cavalos: Tekoa Itaty, Tekoa Yakã Porã, cidade de Palhoça em Santa Catarina que foi violentamente agredida com golpes de facão, dentro de sua própria casa. Essa comunidade tem sofrido constantemente com ataques por defender a demarcação de suas terras.
95ª 28/11/17	Audiência Pública	"Instruir a Sugestão Legislativa nº 47/2017, que solicita a revogação da Lei que institui Paulo Freire como patrono da educação brasileira, a Lei 12.612"
96ª 29/11/17	1ª parte Deliberativa	RDH 172/17.
96ª 29/11/17	2ª parte Audiência Pública	Instruir a SUG 44 de 2017, "que sugere a extinção do termo feminicídio e agravante para qualquer crime passional".
97ª 04/12/17	Audiência Pública	"A perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável".
98ª 05/12/17	Audiência Pública	"Acessibilidade e Inclusão: a Valorização da Pessoa com Deficiência".
99ª 05/12/17	Audiência Pública	"Discutir o Projeto de Lei do Senado nº 211 de 2017, do Senador Romário, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para determinar a obrigatoriedade, por parte dos sistemas de ensino, da oferta de educação especial para o trabalho para pessoas com deficiência sob a forma de cursos com carga horária mínima de quinhentas horas de aulas e com número de vagas proporcional à população de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa residente na região abrangida pelo sistema de ensino".
100ª 06/12/17	Audiência Pública	"Realizar o lançamento da Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2018".
101ª 06/12/17	Audiência Pública	Prestar informações sobre a Portaria 1.129, de 2017, que "Dispõe sobre os conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condições análogas à de escravo para fins de concessão de seguro desemprego ao trabalhador que vier a ser resgatado em fiscalização do Ministério do Trabalho, nos termos do artigo 2-C da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; bem como altera dispositivos da PI MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017".
102ª 06/12/17	Audiência Pública	"A instituição do dia 27 de março como o Dia da Conscientização da Neuromielite Óptica".

REUNIÃO	TIPO	CONTEÚDO
103ª 07/12/17	Audiência Pública	"Políticas Públicas para formação de professores".
104ª 12/12/17	Audiência Pública	"Ações dos movimentos negros organizados, das religiões de matriz africanas e das comunidades quilombolas em relação às políticas públicas e ações afirmativas direcionadas para esses setores da sociedade brasileira"
105ª 13/12/17	Deliberativa	SUG 15/2017; SUG 33/2017; PLS 211/2017; SUG 47/2017; PLS 564/2015; SUG 44/2017; SUG 46/2017; PLS 338/2017; SUG 25/2017; SUG 28/2017; PLS 340/2012. RDH Nº 171/17; RDH Nº 173/17; RDH Nº 174/17; RDH Nº 175/17; RDH Nº 176/17; RDH Nº 177/17; RDH Nº 178/17; RDH Nº 179/17; RDH Nº 180/17.
106ª 14//17	Audiência Pública	"Debater as consequências e os procedimentos que devem ser adotados para que, no Distrito Federal e Entorno, se apliquem os dispositivos relativos à regularização fundiária e à garantia do direito à habitação aprovados no PLV 12/2017 (MPV 759/2016) ”.

COMPOSIÇÃO DA CDH – DEZEMBRO/2017

CDH Impresso em 24/01/2018 20h07

 <p>Presidente Senadora Regina Sousa PT/P</p>		 <p>Vice-presidente Senador Paulo Paim PT/RS</p>	
Titulares PMDB		Suplentes PMDB	
	 Sen. Maria Duploye (null/null)	 Sen. Hélio José (null/null)	
Titulares bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)		Suplentes bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
 Sen. Angela Portela (null/null)	 Sen. Fátima Bastros (null/null)	 Sen. Paulo Paim (null/null)	 Sen. Regina Sousa (null/null)
Titulares bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		Suplentes bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
 Sen. Sérgio Amorim (null/null)			
Titulares bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		Suplentes bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
 Sen. Manoel (null/null)	 Sen. Patrícia (null/null)	 Sen. Manoel (null/null)	
Titulares bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)		Suplentes bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
 Sen. Capistrano (null/null)	 Sen. Roberto (null/null)	 Sen. Capistrano (null/null)	 Sen. Roberto (null/null)
Titulares bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		Suplentes bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
 Sen. Rodrigo Melo (null/null)	 Sen. Teófilo Mota (null/null)	 Sen. Cláudio Gentile (null/null)	 Sen. Wellington Fagundes (null/null)

Impresso em 24/01/2018 20h07

Fonte: http://legis.senado.leg.br/comissoes/composicao_comissao?codcol=834, em 24/01/2018.